

## ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Enauta Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo” quando referida no consolidado) tem por objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida Almirante Barroso nº 52, sala 1301 (parte), Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tem seus valores mobiliários negociados na B3 S.A. – Brasil Bolsa, Balcão e listados no segmento “Novo Mercado”. O bloco de controle da Companhia é formado pela Queiroz Galvão S.A. e pelo FIA Quantum.

Em linha com os objetivos estratégicos do Grupo, a Enauta Energia S/A (“Enauta Energia”), subsidiária integral da Companhia, atua no Brasil como detentora de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão, seja na forma de associação com outras empresas (consórcios) ou com a totalidade de participação nas operações.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Enauta Energia detinha o direito de participação em 21 concessões, sendo operadora em um ativo em fase de produção, o Campo de Atlanta, que atualmente opera por meio de um Sistema de Produção Antecipada.

Blocos em fase de produção:

#### Bloco BS-4 - Campo de Atlanta

O campo de Atlanta teve sua produção iniciada em maio de 2018. O óleo é produzido pelo FPSO Petrojarl I e é vendido para a Shell Western Supply & Trading Limited (“Shell”), que contratou a compra do óleo do Sistema de Produção Antecipada (“SPA”) do campo.

No contexto do consórcio de Atlanta, em 21 de dezembro de 2020, a Enauta Energia celebrou acordo com a Barra Energia para assumir 100% de participação no Bloco BS-4, sendo esse processo à época sujeito à aprovação por parte da Agência Nacional de Petróleo (“ANP”).

Sua conclusão ocorreu em 25 de junho de 2021, quando da aprovação da modalidade de garantia corporativa como instrumento de garantia financeira de descomissionamento do campo de Atlanta. Com essa aprovação definitiva da ANP, conclui-se a transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo e a Enauta Energia passou a reconhecer a totalidade dos resultados de Atlanta em suas informações financeiras individuais e consolidadas. O acordo assinado com a Barra Energia previa uma transferência de US\$ 43,9 milhões (equivalente a aproximadamente R\$216.000 em 25 de junho de 2021) para a Enauta Energia, referente às operações de abandono futuro dos três poços e ao descomissionamento das instalações existentes no Campo de Atlanta, quando da desistência do parceiro, valor esse recebido pela Companhia em 28 de junho de 2021 (notas explicativas 16.1 e 21).

Essa transação de transferência dos 50% dos direitos e obrigações da Barra Energia foi analisada e concluída pela Administração como uma combinação de negócios à luz do CPC 15 e IFRS 3 (nota explicativa 16 para referência) e assim refletida a partir de 30 de junho de 2021.

Em 09 de fevereiro de 2022, a Enauta, por meio de sua subsidiária integral indireta, a AFPS BV (AFPS), adquiriu o FPSO OSX-2 pelo montante de US\$ 80 milhões (equivalente a R\$ 432.528 em 30 de setembro de 2022), atualmente denominado FPSO Atlanta.

O custo de aquisição e adaptação do FPSO Atlanta é de aproximadamente US\$ 500 milhões (aproximadamente R\$ 2.703.300 em 30 de setembro de 2022 e considera a adaptação do FPSO através de um Contrato *Turnkey de Engineering, Procurement, Construction and Installation* ("EPCI"), com garantia e Operação e Manutenção ("O&M") por 24 meses assinado com o fornecedor.

Antes do início da produção do Sistema Definitivo (SD), o qual é estimado para 2024, o fornecedor terá uma opção de compra sobre as ações de emissão da empresa proprietária da unidade. Esta opção de compra está atrelada a um financiamento a ser concedido pela Atlanta Field BV ao fornecedor. Caso exercida essa opção pelo fornecedor, além do início da vigência do financiamento, entrarão em vigor contratos de afretamento do FPSO Atlanta, operação e manutenção por um período de 15 anos, com possibilidade de extensão por mais cinco anos, com valor total previsto de aproximadamente US\$ 2 bilhões (aproximadamente R\$ 10.813.200 em 30 de setembro de 2022). A opção de compra se dará nas condições estabelecidas em contrato pelo valor fixo na data de exercício da opção.

#### Bloco BCAM-40 - Campo de Manati

O gás produzido no campo de Manati é vendido pela Enauta Energia mediante contrato de longo prazo com vencimento em junho de 2030 para fornecimento à Petróleo Brasileiro S/A ("Petrobras") de toda a reserva do campo, por um preço em Reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*.

### Aquisição e baixas de blocos exploratórios:

Em 28 de junho de 2021, a Enauta Energia assinou os contratos de concessão dos blocos adquiridos em 04 de dezembro de 2020 com 30% de participação nos blocos terrestres PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86 e PAR-T-99 na Bacia do Paraná no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela ANP. O consórcio é operado pela Eneva S.A. com 70% de participação. O valor do bônus de assinatura para estes blocos foi de R\$ 2.100 sendo R\$ 633 a parcela da Enauta, e que foi pago em dezembro de 2020. O PEM ofertado para 100% dos blocos na Bacia do Paraná foi de 7.548 Uts e prevê um Período Único Exploratório de 6 anos (a partir de 28/06/21).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Enauta Energia reconheceu a baixa do bloco exploratório CE-M-661\_R11, na Bacia do Ceará, sendo R\$ 10.116 referente ao pagamento do bônus de assinatura e o pagamento de R\$ R\$ 26.904 referente à compensação financeira pelo não cumprimento do PEM, totalizando R\$ 37.020.

A Companhia decidiu pela baixa de poço exploratório no Bloco SEAL-M-428, denominado 1-EMEB-3-SES. Após concluída a perfuração, perfilagem e avaliação desse poço, ao final do primeiro trimestre de 2022, não se constatou a ocorrência de hidrocarbonetos. Os gastos incorridos foram registrados no resultado na rubrica de gastos exploratórios no montante total de R\$139.106, dos quais R\$18.133 foram reconhecidos no imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o saldo remanescente R\$ 120.973 ao longo do exercício de 2022.

O Consórcio está realizando estudos complementares, integrando os dados amostrados à sua interpretação geológica regional, de forma a atualizar sua visão quanto ao potencial exploratório dos blocos situados em águas ultraprofundas na Bacia Sergipe-Alagoas.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais e nas demonstrações financeiras anuais, ambas individuais e consolidadas, estão divulgadas a seguir e são consistentes com as adotadas nas informações financeiras comparativas:

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB” e estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR.

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade normal dos negócios, conforme avaliação efetuada pela Administração acerca da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos ativos e passivos registrados quando a Companhia assumiu a totalidade do Campo de Atlanta, conforme divulgado na nota explicativa 1 (e detalhados na nota explicativa 16.1) e por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

## 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia os investimentos em controladas diretas e indiretas são avaliados por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas (exceto a participação em sua “*joint venture*” associada ao BS-4 até 25 de junho de 2021, quando foi concluída a operação de combinação de negócios com a Barra Energia).

### Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 30 de setembro de 2022 compreendem as informações financeiras trimestrais de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	País de operação	Controle	Participação	
			30/09/2022	31/12/2021
Enauta Energia S.A.	Brasil	Direto	100%	100%
Enauta Petróleo e gás	Brasil	Direto	100%	N/A
Enauta Finance B.V.	Países Baixos	Indireto	100%	N/A
Enauta Netherlands	Países Baixos	Indireto	100%	100%
Atlanta Field BV	Países Baixos	Indireto	100%	100%
AFPS BV	Países Baixos	Indireto	100%	100%

### Participações da Companhia em fundo de investimento

As Informações financeiras trimestrais do fundo de investimento do qual a Companhia e suas controladas eram cotistas exclusivas foram consolidadas a partir da data da aquisição do controle e até que este controle seja extinto, sendo ele:

Fundo exclusivo	CNPJ
Fenix Multimercado Fundo de Investimento em cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado	11.961.068/0001-53

Os fundos de investimento exclusivo Fênix I, Fênix II e cambial foram encerrados pela Companhia nos dias 26 de maio de 2022, 25 de março de 2022 e 06 de maio de 2022, respectivamente.

#### 2.4. Participações em negócios em empreendimento controlado em conjunto “*Joint Venture*”

A controlada indireta da Companhia, Enauta Netherlands B.V. (“Enauta Netherlands”) detém participação de 100% na Atlanta Field B.V. (“AFBV”), sociedade criada para auxiliar na parceria com os não operadores da concessão do Bloco BS-4. Até 07 de julho de 2021, a AFBV era uma *joint venture* com 50% de participação detida pela Enauta Netherlands e os outros 50% detidos pela FR Barra 1 S.à.r.l (“Barra Lux”). Em virtude desta configuração societária, aplicava-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial.

No contexto da transação de transferência da participação da Barra Energia na concessão exploratória e de produção nesse bloco para a Companhia (nota explicativa 1), a AFBV teve sua transferência legal e societária para a Enauta em 07 de julho de 2021 e a partir desta data os resultados apurados na AFBV, anteriormente por equivalência patrimonial, passaram a ser consolidados nas informações financeiras trimestrais da Companhia.

## 2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera em um único segmento: exploração e produção (“E&P”) de óleo e gás e unicamente na geografia Brasil.

## 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

## 2.7. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e, subsequentemente, de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa seguros que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais significativos títulos e valores mobiliários.

## 2.8. Contas a receber

O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 (CPC 48) para mensurar as perdas de crédito esperadas.

O contrato de venda de gás de Manati para a Petrobras possui a cláusula de *take or pay* que representa um compromisso de pagamento de gás, em base mensal ou anual, onde a compradora se compromete a retirar no ponto de entrega ao longo de determinado mês e/ou ano uma quantidade de gás igual à média estabelecida em contrato e mesmo que não retire, pagará à Enauta Energia, o equivalente a quantidade estabelecida em contrato.

## 2.9. Estoques

Os estoques de óleo classificados como ativo circulante são mensurados ao custo médio de produção e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda.

## 2.10. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - *“Exploration for and evaluation of mineral resources”*.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Gastos com perfuração de poços exploratórios vinculados a benefícios econômicos futuros com reservas economicamente viáveis são capitalizados, enquanto os gastos exploratórios considerados não viáveis (*“dryhole”*) economicamente são reconhecidos diretamente contra o resultado do exercício na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás; e
- Outros gastos exploratórios, que não relacionados ao bônus de assinatura, são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).



Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada e desenvolvida do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas apresentam substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais quando entram na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de impairment, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;



- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos seguindo a prática contábil descrita na nota explicativa 2.11. Quando existem indicativos de deterioração ou perda do valor recuperável desses ativos, a Companhia efetua seu teste de *impairment* através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*. A Administração, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuou sua avaliação de identificação de indicativos de deterioração ou perda do valor recuperável e, considerando as premissas de preço do barril, reservas de hidrocarboneto, e outras premissas, não identificou a necessidade de proceder ao teste do valor em uso considerando a não existência desses indicativos na data base.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 21). A provisão para abandono é revisada anualmente, ou quando houver mudança relevante em condições anteriores, pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocados diretamente no resultado do período (resultado financeiro líquido).

## 2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia acompanha periodicamente mudanças nas expectativas econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Sendo tais evidências identificadas são realizados cálculos para verificar se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e se confirmado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. A Companhia não identificou, no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 indicativos de deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos, exceto pelo relacionado à baixa do Bloco SEAL-M-428 (nota explicativa 1).

## 2.12. Gastos associados às joint operations de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões, já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

As parcerias operacionais de E&P da Companhia enquadram-se como operações em conjunto (joint operations) e reconhecidas com relação aos seus interesses:

- seus ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos em conjunto;
- seus passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos em conjunto;
- sua receita de venda correspondente à proporção de sua participação sobre a produção advinda da operação em conjunto;
- sua parcela sobre a receita de venda realizada diretamente pela operação em conjunto; e
- suas despesas, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados à participação em uma operação conjunta são contabilizados de acordo com as políticas contábeis específicas aplicáveis aos ativos, passivos, receitas e despesas.

### 2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicável, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das informações financeiras trimestrais consolidadas.

### 2.14. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo (nota explicativa 30). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são registrados como outros resultados abrangentes até sua efetiva realização, a qual é registrada no resultado operacional em caso de efetividade, e em resultado financeiro em caso de inefetividade.

Adicionalmente, a Companhia contrata operações de *non-deliverable forward* (“NDF”) para proteção de câmbio em liquidação de transações em moeda estrangeira (nota explicativa 27). Esses derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

### 2.15. Provisão de ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” (IAS 37).

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 20).

## 2.16. Obrigações legais

Os valores referentes a obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas e outras obrigações desta natureza têm seus montantes reconhecidos integralmente e/ou divulgado nas informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas.

## 2.17. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Assim como nos últimos anos, para o exercício atual, a empresa optou pelo pagamento mensal.

## 2.18. Incentivos fiscais

### 2.18.1. Federais

#### Lei do Bem:

A Lei Federal 11.196/2005 (Lei do Bem) dispõe sobre incentivos fiscais para inovação tecnológica, visando promover a aquisição de novos conhecimentos, agregar *know-how*, incentivar a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos e processos no país.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a investida Enauta Energia identificou dispêndios enquadráveis como inovação tecnológica, para fins de Lei do Bem, em relação ao seu Sistema de Produção Antecipada no campo de Atlanta - BS4. Tal incentivo possibilitou a redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL em aproximadamente R\$1.868 (R\$2.314 em 31 de dezembro de 2020).

#### Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("Sudene") - Lucro da exploração.

Por possuir o campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a Enauta detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração. A Enauta irá usufruir deste benefício até 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional Enauta Energia, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas previstas no artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

## 2.18.2. Estaduais

### Crédito presumido – ICMS

De acordo com o Decreto Estadual nº 13.844/2012 da Bahia, a Enauta usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção.

Na investida Enauta Energia, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no artigo 30 da Lei Federal 12.973/2014. O benefício em questão teve seu direito encerrado a partir de maio de 2022.

## 2.19. Acordos de pagamentos baseados em ações

A remuneração baseada em ações para empregados, a ser liquidada com instrumentos patrimoniais, é mensurada pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa 31.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”).

## 2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Os montantes pagos ou recebidos devem ser contabilizados diretamente no patrimônio.

## 2.21. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9).

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

#### 2.21.1. Ativos financeiros

##### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures (compromissadas), aplicações financeiras e opções de venda de óleo (nota explicativa 2.14) classificadas nesta categoria.

##### Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas; (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar.

A Companhia apura as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ( “PECLD” ) das contas a receber com base na abordagem simplificada prevista no CPC 48 (IFRS 9).

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

#### 2.21.2.Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros ao custo amortizado” . O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

##### Outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil.

O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.



## 2.22. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, assim como de sua controlada Enauta Energia, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais é a moeda corrente do Brasil - Real ("R\$"), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. As controladas indiretas sediadas nos Países Baixos utilizam o dólar norte-americano ("US\$") como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais da controladora e de suas controlada direta e controladas indiretas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### 2.22.1. Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

## 2.23. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

## 2.24. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada através do método indireto.

A Companhia adota como prática contábil a apresentação dos juros pagos referentes aos empréstimos e financiamentos como fluxos de caixa de atividade operacional. Os valores pagos referentes aos arrendamentos inclusive os juros intrínsecos são integralmente classificados como fluxos de caixa de atividade de financiamento.

## 2.25. Resultado por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro ou prejuízo líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

O lucro líquido ou prejuízo líquido por ação diluído é computado ajustando-se o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

## 2.26. Novas normas, alterações e interpretações

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, foram adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2022, mas não tiveram impacto significativo nessas informações financeiras trimestrais:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 – Arrendamentos, e IAS 41 – Agricultura

Na elaboração destas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não têm sua adoção obrigatória em 30 de setembro de 2022, apresentadas a seguir:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Período (*)</u>
IFRS 17 (inclui as alterações de setembro de 2020)	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2))	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Período (*)</u>
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023

(\*) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após as datas listadas.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, em períodos futuros a partir de 30 de setembro de 2022.

## 2.27. Arrendamentos – direitos de uso

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento conforme previsto no CPC 06/IFRS 16.

## 2.28. Receita de contrato com cliente

As receitas referentes à extração de petróleo e gás natural são reconhecidas quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação definida em contrato é satisfeita. A mencionada mensuração inclui valores fixos e variáveis, os quais são alocados ao preço da transação, considerando a cada obrigação de desempenho, pelo valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos produtos prometidos aos clientes.

O bem é considerado transferido quando está de posse do cliente, ou seja, quando o cliente tem controle e obtém substancialmente todos os benefícios restantes do ativo em questão.

## 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais os valores não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, premissas para registro de direitos de uso e passivos de arrendamento, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como de ativos e passivos em transações relacionadas a combinação de negócios.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

### 3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

#### 3.1.1. Investimentos atualizados ao custo amortizado

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía nenhum investimento classificado nesta categoria.

### 3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

#### 3.2.1. Mensuração a valor justo

Ao estimar o valor justo de ativos e passivos, a Companhia usa dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações disponíveis, a Companhia elabora internamente a avaliação com o auxílio de consultores externos qualificados, para estabelecer a metodologia e informações adequadas ao cálculo do valor justo de ativos e passivos. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo (incluindo as relacionadas a combinação de negócios) são divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

### 3.2.2. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações e derivativos (operações de hedging). A nota explicativa 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

### 3.2.3. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.10, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

### 3.2.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social ("prejuízos fiscais acumulados"), bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

Os impostos diferidos passivos são resultantes de diferenças temporárias tributáveis conforme legislação fiscal vigente no Brasil. Na elaboração das demonstrações financeiras os passivos fiscais diferidos são apresentados como redutores de ativo fiscal diferido quando se referem à mesma Entidade jurídica.

### 3.2.5. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 20).

Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

### 3.2.6. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de impairment)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é premissa importante na mensuração do valor justo de ativos em transações de combinações de negócios, bem como na apuração da parcela de amortização dos correspondentes ativos em produção.

A sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.10, de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro ou sempre em que houver indicativo de mudança significativa das premissas, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado financeiro (nota explicativa 21).

Os gastos com perfurações na fase de desenvolvimento e que não resultaram em “poços secos” e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.10. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejadas pelo comitê de operações de cada bloco/concessão.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Enauta Energia realizou através de certificadora internacional independente a reavaliação das reservas do Campo de Atlanta. Esta reavaliação apontou alterações nas reservas e vida útil do campo que impactarão as informações financeiras da Companhia a partir de julho de 2022.

No Campo de Atlanta, a reavaliação apontou a vida útil do campo até 2044, e um volume de reservas provadas desenvolvidas em aproximadamente 10,2 milhões de barris.

No Campo de Manati, a reavaliação, tendo como data base 31 de dezembro de 2021, apontou vida útil do campo até 2028, apresentando volume de 1,6 bilhão de m<sup>3</sup> em suas reservas provadas desenvolvidas.

### 3.2.7. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho individual e da área em que atuam internamente, indicadores financeiros e do resultado da Companhia. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base no resultado apurado e na melhor estimativa das metas atingidas.



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.947	307	1.441.084	830.416
Operações Compromissadas e CDBs	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112.015</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.947</u>	<u>307</u>	<u>1.553.099</u>	<u>830.416</u>

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía recursos em conta corrente, aplicações financeiras em CDB (R\$) de liquidez imediata e Time Deposits (USD) com liquidez em até no máximo 30 dias. Cerca de 92,17% estavam alocados em dólares norte-americanos. A maior concentração do caixa em dólares advém de retenção de parte das receitas de exportação, com o objetivo de proteção cambial, considerando que parte relevante dos investimentos futuros da Companhia são dolarizados.

Em 30 de setembro de 2022 a rentabilidade média do caixa investido em Reais era de aproximadamente 103% do CDI enquanto o caixa investido em dólar rentabilizava em média 2,32% ao ano.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Fundo de investimento exclusivo - renda fixa	-	10.748
Operações Compromissadas e CDBs	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>-</u>	<u>10.748</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>10.748</u>

	Consolidado	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor justo por meio do resultado:		
Operações Compromissadas e CDBs	-	583.788
Fundo de investimento exclusivo multimercado (i):	-	1.631.787
CDB (pós-fixado CDI)	-	-
Títulos públicos (LFT/NTN)	-	1.357.555
Letras Financeiras (ii)	-	274.232
Total	<u>-</u>	<u>2.215.575</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>2.215.575</u>

- i. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Enauta Energia possuía fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investia em cotas de dois fundos exclusivos. Um dos fundos era de renda fixa lastreado em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI e o outro era fundo cambial exclusivo indexado à variação do dólar norte-americano.

Os fundos de investimento exclusivo Fênix I, Fênix II e cambial foram encerrados pela Companhia nos dias 26 de maio de 2022, 25 de março de 2022 e 06 de maio de 2022, respectivamente.

Os recursos resgatados estão aplicados em contas-correntes, no Brasil e no exterior, e têm como principal objetivo fazer face aos compromissos da Companhia, incluindo aqueles relacionados ao desenvolvimento do Campo de Atlanta.

#### a) Rentabilidade

Em 31 de dezembro de 2021 as rentabilidades dos títulos e valores mobiliários foram equivalentes à média de 104,75% da variação da taxa CDI acumulada no ano.

### 6. CONTAS A RECEBER

A Enauta Energia tem contrato de longo prazo com vencimento em junho de 2030 para fornecimento à Petrobras (compradora) de toda a reserva do campo de Manati, por um preço em Reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não existe qualquer impacto contábil registrado referente a *take or pay*.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, houve uma interrupção da produção do campo de Manati em decorrência da redução da demanda de gás. Segundo a Petrobras, operadora do campo, tal redução decorre da conjuntura de oferta e demanda dos segmentos de mercado atendidos pelo gás do campo de Manati e trata-se de uma ocorrência usual da operação, de caráter temporário, sem alterações das condições contratuais. A demanda ainda permaneceu em níveis reduzidos ao longo do mês de outubro.

Até 30 de abril de 2021 a controlada Enauta Energia possuía um contrato com a Shell para a comercialização da produção do SPA do campo de Atlanta. As vendas de óleo eram *Free on Board* (“FOB”) no FPSO, com um mecanismo de preço netback. A partir de 1º de maio de 2021 este contrato foi renegociado, tendo vigência até 31 de dezembro de 2022, alterando a forma de precificação e o prazo de recebimento. De acordo com o contrato vigente o vencimento das faturas emitidas ocorrerá sempre 30 dias após a data do último *Bill of Lading*. As vendas de óleo são “FOB” no FPSO, com desconto fixo inferior a US\$ 1 por barril em relação ao Brent.

Os saldos de contas a receber nos montantes de R\$139.023 e R\$306.787 registrados em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, referem-se basicamente a:

- Operações de venda de gás no montante de R\$73.203 em 30 de setembro de 2022 (R\$88.349 em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 35 dias após a emissão da nota fiscal de venda.
- Operação de venda de óleo, no montante de R\$65.125 em 30 de setembro de 2022 (R\$218.438 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há provisão para perdas esperadas do saldo de contas a receber, pois não há, historicamente, inadimplência ou atrasos nestes contratos com a Petrobras e Shell.

## 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 11 de julho de 2017, a Enauta Energia assinou contrato de venda de sua participação de 10% no Bloco BM-S-8 por US\$ 379 milhões, onde havia ocorrido a descoberta de Carcará. Desta venda, a terceira e última parcela, no montante de US\$ 144 milhões estava prevista para ser recebida quando do cumprimento de determinadas condições precedentes:

(i) 12 meses após a submissão do Acordo de Individualização da Produção (AIP) à ANP ou (ii) após aprovação do AIP pela ANP, o que ocorresse primeiro.

Com a aprovação do AIP referente aos Campos de Bacalhau e Bacalhau Norte, localizados no Bloco BM-S-8, em reunião de Diretoria da ANP, ocorrida no dia 09 de dezembro de 2021, a Enauta Energia recebeu US\$ 43 milhões (equivalente a R\$243.582) em 27 de dezembro de 2021, US\$ 50,5 milhões (equivalente a R\$272.644) em 1º de fevereiro de 2022 e US\$ 50,5 milhões (equivalente a R\$265.588) em 10 de fevereiro de 2022. Esses montantes foram registrados contabilmente no fechamento de 31 de dezembro de 2021.

## 8. CRÉDITOS E DÉBITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P cobrados ("*Cash Calls*") ou a serem cobrados dos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores à Companhia nos blocos não operados pela Enauta Energia.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os créditos com parceiros montam a R\$779 e R\$5.382, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os débitos com parceiros (registrados na conta de fornecedores) montam a R\$92.851 e R\$43.562, respectivamente.

## 9. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bens de consumo de produção		
Materiais e insumos	35.366	6.777
Produtos acabados		
Óleo	<u>46.740</u>	<u>6.151</u>
Total	<u>82.106</u>	<u>12.928</u>
Circulante	<u>82.106</u>	<u>12.928</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

### (i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Contas a receber – circulante</u>		
Constellation (a)	<u>144</u>	<u>197</u>
Total	<u>144</u>	<u>197</u>

	Controladora	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Contas a pagar – circulante</u>		
Enauta Petróleo e Gás	5.925	-
Enauta Energia (b)	<u>14.536</u>	<u>12.056</u>
Total	<u>20.461</u>	<u>12.056</u>

	Consolidado			
	<u>01/07/2022 a</u> <u>30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a</u> <u>30/06/2022</u>	<u>01/07/2021 a</u> <u>30/09/2021</u>	<u>01/01/2021</u> <u>a 30/09/2021</u>
<u>Resultado</u>				
Serviços compartilhados (a)	-	-	58	130
Serviços de consultoria (d)	125	125	-	-
Leasing de equipamentos subsea (c)	-	-	0	0
Leasing de equipamentos – FPSO (c)	=	=	<u>0</u>	(43.249)
Total	<u>125</u>	<u>125</u>	<u>58</u>	<u>(43.119)</u>

- (a) Montante decorrente do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da empresa parte relacionada Serviços de Petróleo Constellation S.A (“Constellation”). As despesas e receitas incorridas foram apuradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 10 dias úteis. No caso de atraso incorrerão em multa equivalente a 2% do valor devido e juros de 1% ao mês.
- (b) Referem-se a transações baseadas em opção de ações entre Companhias do grupo.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subsea (pagamento trimestral) e ao FPSO Petrojarl I, celebrados entre a Enauta e a AFBV. Estes valores são pagos em dólares norte-americanos.

Em outubro de 2020 a maior parte dos equipamentos da AFBV foi adquirido pela Enauta Energia, restando na AFBV apenas os equipamentos acoplados ao FPSO. A partir de 7 de julho de 2021, com a consolidação das informações financeiras trimestrais da AFBV (vide nota explicativa 1) os saldos de leasing passaram a ser eliminados no processo de consolidação destas informações financeiras trimestrais.

- (d) A controlada Enauta Energia contratou o serviço de consultoria em Operações de Fusões e Aquisições da empresa Quartz Energy Partners LLC, administrada por um membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O contrato foi assinado dia 15 de junho de 2022, com prazo de vigência de 6 meses e valor mensal de R\$50.

## (ii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e *plano phantom share (\*)* do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/07/2022</u> <u>a 30/09/2022</u>	<u>01/01/2022</u> <u>a 30/09/2022</u>	<u>01/07/2021</u> <u>a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021</u> <u>a 30/09/2021</u>
Benefícios de curto e longo prazos	<u>2.107</u>	<u>6.818</u>	<u>1.661</u>	<u>4.092</u>

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Benefícios de curto e longo prazos	3.739	11.759	5.561	13.269

(\*) Refere-se a um benefício de longo prazo conforme descrito na nota explicativa 24.2.

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de aposentadoria descrito na nota explicativa 34 e o plano de phantom shares.

Na AGOE de 26 de abril de 2022 foi aprovada a remuneração anual global dos administradores da Companhia até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no valor total de até R\$7.347.

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de maio de 2022 foi aprovada a remuneração anual global do Comitê de Auditoria, relativa ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

O total dos benefícios de curto e longo prazo apresentados no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui, além da remuneração global dos administradores e Conselho Fiscal, encargos e bônus de desligamento de diretoria e membros do Conselho de Administração não incluídos na aprovação da remuneração global por ocasião das AGOs.

No período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovado novo Plano de Remuneração variável da Administração vinculado às metas financeiras e operacionais, bem como às metas de ESG - *Environmental, Social and Governance* (ambiental, social e governança). Essas novas metas já estão sendo refletidas nas respectivas provisões de remuneração variável para o período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 11. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Aplicação financeira - garantidoras (a)	77.889	93.988
Fundo de abandono (b)	292.755	272.667
Total	370.644	366.655
Não circulante	370.644	366.655

## Composição:

- (a) Garantia referente a financiamento junto ao BNB no montante de R\$10.240 aplicado em CDB. A Companhia também possui CDB no valor de R\$67.132 referente a uma colateral relativo à fiança oferecida em garantia ao financiamento BNB. Com relação à ANP, a Companhia possui CDB de R\$517 no Citibank, dado em garantia para a agência em cumprimento do Plano Exploratório Mínimo (PEM) para o bloco SEAL-M-503. Os demais CDB's (referentes aos blocos SEAL-M-430 e SEAL-M-573) foram liquidados em virtude de cumprimento do PEM.
- (b) O Fundo de abandono é representado por aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono, sendo as regras dos fundos aprovadas pelo consórcio e administrada pelo operador do bloco.

O fundo de abandono refere-se ao seguinte campo em produção:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Manati	<u>292.755</u>	<u>272.667</u>
Total	<u>292.755</u>	<u>272.667</u>

O fundo de abandono de Manati é deliberado pelo consórcio e administrado pelo operador Petrobras. O fundo possui 50% das aplicações em reais, com rentabilidade atrelada a CDI, e 50% atrelado a dólares norte-americanos em fundo cambial. A rentabilidade acumulada do fundo de abandono de Manati foi de 3,25% para o período findo em 30 de setembro de 2022 (6,72% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Como referência o rendimento anual do CDI no período foi de 8,89% e a variação cambial para o mesmo período ficou em -3,12%.

O fundo de abandono de Atlanta foi resgatado em sua totalidade em agosto de 2021, após a aprovação da ANP e substituição por Garantia Corporativa concedida pela controladora Enauta Participações no valor de R\$34.070, válido até o final do ano de 2022, conforme divulgado na nota explicativa 28.

## 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

### 12.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Antecipação IR e CSLL (a)	1.104	1.223	4.402	1.605
Imposto retido na fonte (b)	130	86	2.622	19.454
Recuperação PIS / COFINS (c)	-	-	73.341	69.620
Outros créditos	-	-	110	92
Total	<u>1.234</u>	<u>1.309</u>	<u>80.475</u>	<u>90.771</u>



	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	1.234	1.309	7.134	21.151
Não circulante	-	-	73.341	69.620

## 12.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IR e CSLL (h)	-	-	17.125	329.110
PIS/COFINS (i)	1	1.040	7.225	6.114
ICMS (d)	-	-	10.709	10.480
IRRF sobre serviços/salários	-	104	2.466	1.650
<i>Royalties</i> (f)	-	-	5.845	12.884
Participação especial (f)	-	-	-	384
IRRF sobre remessas estrangeiras (g)	-	-	29	4.601
Outros (e)	59	2	6.405	5.191
Total	<u>60</u>	<u>1.146</u>	<u>49.804</u>	<u>370.414</u>
Circulante	60	1.146	40.134	361.748
Não circulante	-	-	9.670	8.666

- (a) O saldo da controladora refere-se ao valor que foi transformado em saldo negativo após o envio, em 31 de agosto de 2022, da Escrituração contábil fiscal (“ECF”) do ano calendário 31 de dezembro de 2021.
- (b) Refere-se basicamente a IRRF sobre aplicações financeiras.
- (c) Créditos fiscais de PIS e COFINS atualizados monetariamente pela SELIC referentes a processo judicial transitado em julgado a favor da Companhia, no qual foi reconhecido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS. A Enauta Energia aguarda manifestação da RFB, uma vez que espera que o recebimento ocorrerá através de precatório.
- (d) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, líquidos dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 23.
- (e) Refere-se basicamente à retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados.
- (f) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati e sobre o óleo produzido no campo de Atlanta, conforme descrito na nota explicativa 28.
- (g) O valor registrado no circulante refere-se à adesão pelo Operador ao programa instituído pela Lei Federal nº 13.586/2017 de desistência das ações administrativas e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador).

- (h) O valor apresentado no saldo de IR e CSLL a recolher em 30 de setembro de 2022 refere-se principalmente ao imposto apurado sobre o lucro tributável do mês findo em 30 de setembro de 2022 recolhido apenas em julho de 2022.
- (i) Valor de PIS e COFINS a pagar é composto basicamente pela venda do gás de Manati, descontado os créditos devidos.

### 12.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro antes do IR e CSLL	18.894	201.288	133.953	753.873
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(6.424)	(68.438)	(45.544)	(256.317)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	7.749	72.412	46.258	258.190
Permanentes	13	41		
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(1.338)	(4.015)	(714)	(1.873)
IR/CS correntes	-		-	-
IR/CS diferidos	-		-	-
	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro antes do IR e CSLL	26.347	271.553	158.840	1.070.505
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(8.958)	(92.328)	(54.006)	(363.972)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial			-	(55)
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(5.116)	(21.082)	(116)	(1.283)
Incentivos fiscais (b)	7.275	40.271	19.799	41.854
Despesas indedutíveis/receita não tributável:				
Permanentes	(654)	2.874	9.436	6.824
IR/CS correntes	(30.418)	(126.027)	(54.996)	(65.665)
IR/CS diferidos	22.965	55.762	30.109	(250.967)

- (a) A Enauta Participações possuía em 31 de dezembro de 2021, R\$ 81 para prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, sendo que não registra créditos tributários diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação. Ao final do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 a controladora passou a ter R\$ 7.956 de prejuízos fiscais e para base negativa, controlados mas não registrados contabilmente. O restante do saldo que é apresentado no consolidado é prejuízo fiscal oriundo das BVs que possuem a mesma previsibilidade da controladora em não consumir o saldo.
- (b) Refere-se basicamente ao incentivo fiscal do crédito presumido do ICMS, Lucro da Exploração e doações incentivadas conforme legislação vigente.

#### 12.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada Enauta, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
<u>Composição do ativo fiscal diferido</u>		
Amortização da provisão para abandono	180.054	170.127
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	761	909
Arrendamento - IFRS 16/CPC 06	20.847	47.312
Provisões diversas	44.249	12.434
Total	<u>245.911</u>	<u>230.782</u>

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
<u>Composição do passivo fiscal diferido</u>		
Tributação sobre Bases Universais - Enauta Netherlands (b)	(43.194)	(43.194)
Crédito de exclusão ICMS base de cálculo PIS e COFINS	(14.763)	(14.763)
Depreciação acelerada (a)	(45.920)	(45.920)
Provisão para abandono	(34.485)	(34.879)
Ajuste a valor justo – campo de Atlanta	(243.270)	(260.807)
Provisões diversas	(5.820)	(28.720)
Total	<u>(387.452)</u>	<u>(428.283)</u>

	Consolidado
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>230.782</u>
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Amortização da provisão para abandono	9.927
Arrendamento - IFRS 16/CPC 06	(26.465)
Provisões diversas liquidas - adições e reversões	<u>31.667</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>245.911</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(428.283)
Provisão para abandono	394
Ajuste a valor justo – campo de Atlanta	17.538
Provisões diversas liquidas - exclusões e reversões	22.899
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>(387.452)</u>
<u>Saldo passivo diferido líquido</u>	<u>(141.541)</u>

- a) Refere-se a passivo fiscal diferido decorrente da aplicação do método de depreciação acelerada ao longo do exercício de 2018. A Companhia tem previsão de iniciar a liquidação deste passivo diferido durante o segundo semestre de 2022.
- b) A Tributação sobre Bases Universais – Enauta Netherlands não sofreu alteração entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o período findo em 30 de setembro de 2022 devido a apuração do prejuízo no período por esta controlada.

A Companhia preparou o estudo anual de realização de seus créditos fiscais com base nas premissas operacionais e financeiras de seu modelo de negócio previstos para os próximos exercícios na data base de 31 de dezembro.

Segue cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido pelos próximos exercícios consubstanciado pelo estudo de realização preparado pela Administração e aprovado pelos órgãos de governança da Companhia:

Ativo:

2022	42.249
2023	74.132
2024	10.455
A partir de 2025	119.075
Total	<u>245.911</u>

### 13. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a Fornecedores (a)	<u>221.908</u>	<u>39.832</u>
Total	<u>221.908</u>	<u>39.832</u>
Circulante	<u>155</u>	<u>4.331</u>
Não circulante	<u>221.753</u>	<u>35.501</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2022, o saldo refere-se aos gastos relacionados à reforma do FPSO, melhoria na planta de tratamento de água e os custos relacionados à parada programada do período de 01 de julho de 2022 até 16 de agosto de 2022, incorridos com o objetivo de preparar o FPSO para a sua recertificação pela DNV (Det Norske Veritas), visando à extensão dos contratos de Afretamento e de Operação e Manutenção (O&M) do FPSO Petrojarl I por até dois anos, totalizaram R\$ 221.753.

## 14. INVESTIMENTOS

### 14.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período em 30 de setembro de 2022:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação no capital votante e total detidos
Direta	Enauta Energia S.A.	Brasil	100%
Direta	Enauta Petróleo e Gás Ltda.	Brasil	100%
Indireta	Enauta Finance B.V.	Países Baixos	100%
Indireta	Enauta Netherlands B.V.	Países Baixos	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Países Baixos	100%
Indireta	AFPS BV	Países Baixos	100%

A Enauta Energia S. A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como principal objeto social a exploração, perfuração, desenvolvimento de projetos de produção, produção, importação, exportação, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a realizar qualquer negócio ou atividades relacionada com seus objetivos sociais, seja como sócia, acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes.

A Enauta Petróleo e Gás Ltda. é uma sociedade limitada e tem como principal objeto social o investimento em ativos, em áreas territoriais ou marítimas, relacionadas o segmento de energia no Brasil, a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e hidrocarbonetos fluídos, a exportação e importação de bens, máquina, equipamentos e insumos relacionados às suas atividades fins, participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda representar sociedade nacionais ou estrangeiras e o exercício de atividades auxiliares relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia concluiu a aquisição da Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. reconhecendo esta transação como uma aquisição de ativos em 30 de setembro de 2022. A Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. era antiga parceira da Companhia em uma operação conjunta (*joint operation*) no Campo de Atlanta. A Barra Energia pertencia ao FR Barra 1 S.à.r.l. (“Fundo Barra”), que querendo encerrar suas atividades, ofereceu a aquisição da Barra Energia à Enauta que aceitou adquiri-la em definitivo. Com essa decisão, a Companhia passou a controlar 100% da Barra Energia. Nesta transação, a contraprestação transferida foi equivalente a R\$3.320, que representavam créditos da Companhia com esta sociedade, anteriormente registrados na rubrica “Crédito com parceiros”. O balanço patrimonial da empresa adquirida em 30 de setembro de 2022 é, conforme abaixo:

	Balanço
Balanço Patrimonial - R\$ Mil	Enauta P&G Ltda
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.570
Ativo indenizatório	5.925
Ativos circulantes	7.495
Impostos a recuperar	3.320
Ativos não circulantes	3.320
Total do ativo	10.815
Passivos	
Contas a pagar	(101)
Provisões	(46)
Obrigações contrato Altera	(5.925)
Passivos circulantes	(6.072)
Contas a pagar	(27)
Passivos não circulantes	(27)
Patrimônio Líquido	(4.716)
Total Patrimônio Líquido	(4.716)
Total Passivo e Patrimônio Líquido	(10.815)

A Enauta Netherlands B.V. (anteriormente denominada “QGEP B.V.”), com sede na cidade de Roterdã, nos Países Baixos, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas, realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais, bem como todas e quaisquer atividades que estejam relacionadas às já descritas.

A Enauta Finance B.V., com sede na cidade de Roterdã, Países Baixos, tem como objeto social contrair empréstimos, emprestar e angariar fundos, incluindo a emissão de *bonds*, instrumentos de dívida ou outros títulos ou provas de endividamento e celebrar acordos relacionados com as atividades acima mencionadas.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Países Baixos, tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração de hidrocarbonetos e, ainda, adquirir, participar e administrar e supervisionar negócios e sociedades. À época de sua constituição, foi criada visando a parceria com os não operadores na concessão do Bloco BS-4.

A AFPS BV (“AFPS”), com sede na cidade de Roterdã, Países Baixos, tem como principal objeto social possuir, arrendar, subarrendar e operar embarcações flutuantes de produção e descarga e qualquer outro equipamento de *upstream* ou *downstream*.

#### 14.1.1. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

			30/09/2022					
			Enauta Energia	Enauta Petróleo e Gás Ltda.	Enauta Finance BV	Enauta Netherlands	AFBV	AFPS BV
Quantidade de ações ordinárias			191.262.711	156.042.071	1	1	27.214	1
Percentual de participação			100%	100%	100%	100%	100%	100%
Capital social			2.042.553	156.042	-	2	20	-
Patrimônio líquido			3.926.712	4.715	698	1.364.102	1.356.634	1.312.792
Resultado do período			212.972	-	(222)	(16.204)	(13.475)	(11.439)
Ativo total			5.840.993	10.814	924	1.365.039	1.601.919	1.626.963
Passivo total			1.914.281	6.099	226	936	245.284	314.171
Receita operacional líquida			1.518.231	-	-	-	175.844	-

31/12/2021				
	Enauta Energia	QGEP BV	AFBV	AFPS BV
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	10.000	1
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Capital social	2.042.553	2	2	0,005 (*)
Patrimônio líquido	4.116.599	97.034	41.679	0,005 (*)
Resultado do exercício	1.453.821	14.295	5.681	
Ativo total	6.702.910	97.472	447.583	0,005 (*)
Passivo total	2.568.311	438	524.708	
Receita operacional líquida	1.804.939	-	17.382	

(\*) Equivalente a USD 1.



A movimentação dos investimentos da Companhia apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	30/09/2022		
	Controladora		Total
	Enauta Energia	Enauta Petróleo e Gás	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.116.599	-	4.116.599
Aquisição de ativos	-	4.715	4.715
Plano de opção de ações	(840)	-	(840)
Dividendos pagos	(450.000)	-	(450.000)
Dividendos propostos (a)	(15.000)	-	(15.000)
Ajustes acumulados de conversão	64.181	-	64.181
Efeito hedge	(1.200)	-	(1.200)
Resultado de equivalência patrimonial	212.972	-	212.972
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>3.926.712</u>	<u>4.715</u>	<u>3.931.427</u>

	31/12/2021			
	Enauta Energia	QGEP BV	AFBV	AFPS BV
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	10.000	1
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%
Capital social	2.042.553	2	2	0,005 (*)
Patrimônio líquido	4.116.599	97.034	41.679	0,005 (*)
Resultado do exercício	1.453.821	14.295	5.681	
Ativo total	6.702.910	97.472	447.583	0,005 (*)
Passivo total	2.568.311	438	524.708	
Receita operacional líquida	1.804.939	-	17.382	

- (a) Em 21 de abril de 2022 a Companhia recebeu correspondência do seu acionista controlador, Queiroz Galvão S.A., noticiando que proporia destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em termos distintos daqueles indicados pela Administração na sua proposta submetida aos acionistas.

Na AGO de 26 de abril de 2022 foi aprovada uma distribuição de dividendos no valor total de R\$450.000, representando um montante adicional de R\$410.531 em relação aos dividendos mínimos (R\$14) e aos dividendos adicionais propostos (R\$39.455) e reconhecidos pela Administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Os dividendos adicionais foram reconhecidos contabilmente em abril de 2022 (data de proposição e aprovação em AGO), pagos no dia 30 de maio de 2022 e refletidos nas informações financeiras trimestrais de 30 de setembro de 2022.

Na AGOE de 27 de abril de 2022 da Enauta Energia foi aprovada uma distribuição de dividendos no valor total de R\$450.000, representando montante adicional de R\$410.531 em relação aos dividendos mínimos e reconhecidos pela Administração nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. O valor foi pago pela Enauta Energia a Companhia em 26 de maio de 2022.

Na Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) de 30 de setembro de 2022 da Enauta Participações foi aprovada a destinação de valor adicional do resultado apurado na controlada direta da Companhia, Enauta Energia S.A. (“Enauta Energia”), no montante de R\$15.000, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, anteriormente aprovada na AGO da Enauta Energia de 27 de abril de 2022.

## 15. IMOBILIZADO

	Taxas de	Consolidado		
		30/09/2022		
	depreciação	Custo	Depreciação	Valor contábil
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.950	(2.495)	455
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Benfeitorias	10%	1.559	(1.332)	227
Computadores – <i>hardware</i>	20%	4.816	(3.741)	1.075
Imóveis	4%	6.363	(1.483)	4.880
Terrenos	-	174	-	174
Subtotal		19.969	(13.158)	6.811
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.842	(16.265)	577
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4 (ii)		3.588.330	(1.197.575)	2.390.755
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		1.094.615	(1.007.216)	87.399
Subtotal		4.699.787	(2.221.056)	2.478.731
Total		4.719.756	(2.234.214)	2.485.542

		Consolidado		
	Taxas de	31/12/2021		
	depreciação	Custo	Depreciação	Valor contábil
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.957	(2.295)	662
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Benfeitorias	10%	1.556	(1.214)	342
Computadores – <i>hardware</i>	20%	4.514	(3.454)	1.060
Imóveis	4%	6.363	(1.331)	5.032
Terrenos	-	174		174
Subtotal		19.671	(12.401)	7.270
<u>Segmento de <i>upstream</i></u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.842	(16.107)	735
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4 (ii)		1.841.981	(1.050.305)	791.676
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati (ii)		1.094.247	(987.492)	106.755
Gastos na fase de exploração de recursos naturais – Poço SEAL		18.133	-	18.133
Subtotal		2.971.203	(2.053.904)	917.299
Total		2.990.874	(2.066.305)	924.569

- (i) Referentes a poços descobridores e delimitadores do campo de Manati.
- (ii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 28 (b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

Custo	Consolidado					Total
	Imobilizados corporativos	Desenvolvimento de recursos naturais	Desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4	Desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati	Exploração de recursos naturais - Bacia Sergipe - Alagoas	
Saldo 31/12/2020	19.447	16.842	1.370.170	1.073.798	-	2.480.257
(+) Adições	380	-	511.394 (a)	20.787 (b)	18.133 (c)	550.694
(-) Perda por redução a valor recuperável de ativos	-	-	(39.583) (d)	-	-	(39.583)
(-) Baixas	(156)	-	-	(338)	-	(494)
Saldo em 31 /12/2021	19.671	16.842	1.841.981	1.094.247	18.133	2.990.874
(+) Adições	409	-	1.718.262 (e)	9.886	78.745 (f)	1.807.302
(-) VC sobre ativos	-	-	47.152	-	-	47.152
Variação cambial sobre provisão para abandono	-	-	(19.065)	(9.450)	-	(28.515)
(-) Baixas	(111)	-	-	(68)	(96.878) (g)	(97.057)
Saldo em 30/09/2022	19.969	16.842	3.588.330	1.094.615	-	4.719.756

Em 31 de dezembro de 2021, as principais movimentações de imobilizado no período referem-se a (a) R\$52.839 de variação cambial sobre provisão de abandono e de R\$ 396.345 ao reconhecimento do valor justo pela assunção da totalidade do Campo de Atlanta (nota explicativa 16.1); (b) R\$20.787 de variação cambial sobre provisão de abandono do Campo de Manati; (c) adições referentes ao gasto de perfuração do primeiro poço exploratório do bloco SEAL-M-428 localizado na Bacia de Sergipe – Alagoas e (d) efeito da perda por recuperabilidade dos ativos na AFBV trazida na movimentação de 2021 devida à consolidação dos saldos a partir de 25 de junho de 2021 (nota explicativa 2.4) – de aproximadamente R\$17.000, acrescido da provisão para perda a valor recuperável registrada na Enauta Energia, de aproximadamente R\$19.000. A perda registrada nos ativos da AFBV foi mensurada pela Companhia considerando sua estimativa efetiva de uso (não utilizáveis no Sistema Definitivo).

Em 30 de setembro de 2022, as principais movimentações de imobilizado no período referem-se a (e) adaptação do FPSO para o Sistema Definitivo (SD), no montante de R\$1.085.670 e a redução de R\$73.023 refere-se a remensuração da provisão de abandono; (f) gastos incorridos na perfuração do primeiro poço exploratório do bloco SEAL-M-428 localizado na Bacia Sergipe – Alagoas; e (g) baixa dos gastos incorridos e capitalizados referentes ao bloco SEAL-M-428, mencionado na letra (f) anterior, devido à não constatação da presença de hidrocarbonetos neste poço.

Em linha com a aprovação da ANP para o novo Plano de Desenvolvimento e a extensão do contrato de concessão do Campo de Atlanta até 2044, a vida útil do campo foi alterada trazendo recursos antes considerados contingentes para a composição da reserva 2P.

As taxas de desconto e inflação média foram revisadas e aplicadas na remensuração do saldo da provisão de abandono na data base de 30 de setembro de 2022. Essa remensuração também reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

Consolidado					
Depreciações e amortizações	Depreciações imobilizado corporativo	Amortizações gastos com exploração de recursos naturais	Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo- BS-4	Amortizações gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(11.608)	(15.679)	(592.776)	(931.089)	(1.551.152)
(-) Amortização	(793)	(428)	(457.529)	(56.403)	(515.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(12.401)	(16.107)	(1.050.305)	(987.492)	(2.066.305)
Ajustes de conversão	-	-	200	-	200
(-) Amortização	(757)	(158)	(147.470)	(19.724)	(168.109)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(13.158)	(16.265)	(1.197.575)	(1.007.216)	(2.234.214)

## 16. INTANGÍVEL

### 16.1. Aquisição do Campo de Atlanta (combinação de negócios à luz do IFRS 3/ CPC 15 (R1))

Em 21 de dezembro de 2020, a Enauta Energia celebrou acordo com a Barra Energia por meio do qual assumiria 100% da participação no bloco BS-4 (50% remanescentes da Barra Energia).

A conclusão definitiva da transferência da participação de 50% da Barra Energia à Enauta estava condicionada a determinadas condições precedentes tais como a constituição de garantia financeira e assinatura de termo aditivo ao Contrato de Concessão junto ao órgão regulador.

Em 25 de junho de 2021, a ANP aprovou a modalidade de garantia corporativa como instrumento de garantia financeira de descomissionamento do Campo de Atlanta, concluindo-se, então, a transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta para a Enauta Energia. Como consequência, a Companhia passou a reconhecer o efeito dessa transferência de 50% em suas informações financeiras.

O valor justo da participação do Campo de Atlanta foi estimado aplicando o método de projeção dos fluxos de caixa descontados, considerando que não foram identificadas transações dessa natureza no mercado brasileiro com terceiros e características análogas para fins de comparabilidade e mensuração usando o método de avaliação "*Market approach*".

O valor justo de 100% do Campo de Atlanta foi estimado aplicando-se o método de projeção dos fluxos de caixa e baseando-se nas premissas descritas abaixo, sendo o valor total avaliado em R\$1.583.244, gerando um ganho bruto, decorrente da avaliação a valor justo dos ativos líquidos, de R\$821.305 entre ganho por compra vantajosa e remensuração a valor justo da participação anterior registrados em junho de 2021.

- Taxa de desconto (após impostos) estimada em 8,0% (real).
- Curva de produção 1P e 2P (desenvolvida e não desenvolvida) certificadas em 31 de dezembro de 2020 por *GaffneyCline* (certificação mais recente contratada pela Companhia à data da projeção dos fluxos de caixa), ponderadas pela expectativa da Administração em realização das reservas e descontada a produção efetiva entre janeiro e junho de 2021 (data de aquisição).
- SPA com perfuração de 3 poços, produzindo por 4 anos.
- Sistema Definitivo (SD) com 5 poços adicionais produzindo a partir de meados de 2024 com troca para FPSO definitivo e com maior capacidade de produção que o FPSO atual, sendo o projeto aprovado com Capex estimado pela Companhia em valores aproximados de US\$ 700 milhões.

- Valor do Brent estimado com base na curva Forward para o ano de 2021 e pela mediana do forecast da Bloomberg de 2022 em diante (até 2034, ano em que se extingue a concessão).

A avaliação a valor justo e o consequente ganho por compra vantajosa gerou um imposto de renda diferido passivo na data de aquisição de R\$279.276 (saldo em 30 de setembro de 2022, líquido da parcela já realizada, monta a R\$243.270 como divulgado na nota explicativa 12.4).

#### Ativos adquiridos e passivos assumidos – no campo de Atlanta:

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	36.166
Títulos e valores mobiliários	212.442
Contas a receber	173.797
Estoques	29.120
Impostos e contribuições a recuperar	3.160
Contas a receber - Partes relacionadas	113
Créditos com parceiros	8.460
Instrumentos financeiros	5.048
Outros	30.412
Caixa restrito	131.743
IR e CSLL diferidos	44.561
Outros ativos não circulantes	3.752
Investimentos	15.971
Imobilizado	1.035.389
Intangível	646.495
Arrendamentos - direito de uso	243.155
<b>Total dos Ativos Identificáveis</b>	<b>2.619.784</b>
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	(50.435)
Arrendamentos	(195.066)
Empréstimos e financiamentos	(36.519)
Impostos e contribuição a recolher	(8.322)
Remuneração e obrigações sociais	(64)
Contas a pagar - partes relacionadas	(57.343)
Outras obrigações	(12.924)
Arrendamentos	(135.920)
Provisão para abandono	(495.031)
Empréstimos e financiamentos	(44.916)
<b>Total Passivos Identificáveis</b>	<b>(1.036.540)</b>

	Valor justo reconhecido na aquisição
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	1.583.244
Ganho por compra vantajosa	(791.622)
Total da contraprestação (Contraprestação transferida + Participação anterior a valor justo)	791.622

A parcela do ganho por compra vantajosa referente à participação adicional de 50% registrada em 30 de junho de 2021 foi de R\$791.622 e foi reconhecido ainda um ganho de compra vantajosa adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$57.529, decorrente principalmente por ter a contraparte Barra Energia abdicado de contraprestação pela sua participação neste negócio (Campo de Atlanta) quando notificou a Companhia e a ANP da desistência em continuar no projeto BS-4. Esse ganho encontra-se registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no item de outras receitas e despesas operacionais.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício (01 de janeiro de 2021) para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 as receitas da Companhia em BS-4 totalizariam R\$1.597.032 e o lucro operacional no projeto seria de R\$365.184.

#### Valor justo da participação anterior – 50% de participação antes da Combinação de negócio

O valor justo da participação anterior da Companhia (50%) e o ganho decorrente da remensuração a valor justo da participação da adquirente na adquirida antes da combinação de negócios estão apresentados abaixo:

	Valor justo da participação anterior	Valor registrado da participação anterior	Ganho na remensuração
Campo de Atlanta	791.622	761.939	29.683

Esse ganho decorrente da remensuração da participação anterior a valor justo, no montante de R\$29.683, foi registrado também na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no item de outras receitas e despesas operacionais.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nessa transação nas demonstrações anuais de 31 de dezembro de 2021 foi efetuada com base em uma avaliação do valor justo por assessoria independente para a realização do PPA (“*Purchase Price Allocation*”).



Em continuidade à transação de combinação de negócios descrita acima, em 26 de junho de 2021 a Companhia recebeu em caixa, da Barra Energia, R\$212.442 e assumiu a titularidade de 100% do caixa restrito anteriormente mantido pela Barra Energia no montante de R\$131.743, em contrapartida à provisão de abandono do Campo assumida integralmente pela Companhia a partir de 25 de junho de 2021, cujo valor total na data era de R\$495.031 (R\$278.313 parcela da Barra Energia).

16.2. Os valores de composição do ativo intangível no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são conforme abaixo:

	Consolidado			Valor contábil 30/09/2022
	Taxa de amortização	Custo	Amortizações	
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(41.766)	208.943
Bônus de assinatura (ii)	-	152.066	-	152.066
Softwares	20%	12.870	(9.385)	3.485
Aumento de participação em consórcio – Atlanta (iv)	-	424.960	(23.431)	401.529
Total		<u>840.605</u>	<u>(74.582)</u>	<u>766.023</u>

	Consolidado			Valor contábil 31/12/2021
	Taxa de amortização	Custo	Amortizações	
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(36.788)	213.921
Bônus de assinatura (ii)	-	152.066	-	152.066
Softwares	20%	12.498	(8.719)	3.780
Aumento de participação em consórcio – Atlanta (iv)	-	<u>424.960</u>	<u>(14.591)</u>	<u>410.369</u>
Total		<u>840.233</u>	<u>(60.097)</u>	<u>780.136</u>

Custo e amortização	Consolidado				
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Aumento de participação em consórcio – Atlanta	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	226.481	162.181	-	817	389.479
(+) Adições (custo) (iv)	-	-	424.960	3.587	428.547
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(10.115)	-	-	(10.115)
(-) Adições (amortização)	(12.560)	-	(14.591)	(624)	(27.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	213.921	152.066	410.369	3.780	780.136
(+) Adições custo	-	-	-	392	392
(-) Baixas (custo)	-	-	-	(24)	(24)
(-) Adições (amortização)	(4.978)	-	(8.840)	(663)	(14.481)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>208.943</u>	<u>152.066</u>	<u>401.529</u>	<u>3.485</u>	<u>766.023</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no offshore da Bacia de Santos no valor de R\$250.709 (valor pago pela parcela de participação da Enauta à época). A amortização teve início em maio de 2018 com o início da produção dos campos.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 28).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2021, as baixas referem-se ao bloco CE-M-661, localizado na bacia do Ceará, cujo pedido já foi protocolado junto à ANP.
- (iv) Refere-se ao reconhecimento da transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta, conforme divulgado na nota explicativa 16.1

## 17. ARRENDAMENTOS

Ativo de arrendamento	Consolidado		
	Equipamentos	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>396.115</u>	<u>2.109</u>	<u>398.224</u>
Amortização	(266.774)	(276)	(267.050)
Adições e exclusões de contratos	30.340	-	30.340
Aumento participação – BS-4	328.907	-	328.907
Atualização de contratos (a)	25.226	(759)	24.467
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<b><u>513.814</u></b>	<b><u>1.074</u></b>	<b><u>514.888</u></b>
Amortização	(279.409)	(184)	(279.593)
Adições de contratos	59.896	-	59.896
Atualização de contratos (a)	63.528	-	63.528
Ajustes de conversão	(374)	-	(374)
Saldos em 30 de setembro de 2022	<b><u>357.455</u></b>	<b><u>890</u></b>	<b><u>358.345</u></b>

	Consolidado		
	Arrendamentos a pagar	AVP	Total
Passivo de arrendamento			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	638.109	(73.133)	564.976
Pagamentos	(419.045)	-	(419.045)
Adições e exclusões de contratos	31.940	(1.600)	30.340
Aumento de participação BS-4	352.765	(23.858)	328.907
Variação cambial de arrendamentos	81.147	(6.935)	74.212
Reconhecimento AVP	-	50.184	50.184
Atualização de contratos	29.758	(23.611)	6.147
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>714.674</b>	<b>(78.953)</b>	<b>635.721</b>
Pagamentos	(343.228)	-	(343.228)
Adições de contratos	63.330	(3.433)	59.897
Atualização de contratos (a)	69.447	(5.920)	63.527
Variação cambial de arrendamentos	(27.647)	1.271	(26.376)
Reconhecimento AVP	-	23.457	23.457
Ajustes de conversão	896	-	896
Saldo em 30 de setembro de 2022	<b>477.472</b>	<b>(63.578)</b>	<b>413.894</b>

(a) Refere-se ao aditamento de determinados contratos já existentes no período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativos postergação de prazo e alterações nas taxas de descontos.

Os fluxos de pagamento são descontados a taxas que variam de 6,7%. a 8,39% a.a., sendo 7,86% a.a. a taxa utilizada para desconto dos fluxos do FPSO.

Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem inflação:

Passivo de arrendamento mercantil	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IFRS 16	26.482	14.731
Nota Explicativa	25.492	14.380
Direito de uso líquido		
IFRS 16	26.053	14.063
Nota Explicativa	25.291	13.813
Despesa financeira		
IFRS 16	(794)	(947)
Nota Explicativa	(1.397)	(985)
Despesa de amortização		
IFRS 16	(19.798)	(9.682)
Nota Explicativa	(19.222)	(9.544)

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos do imóvel onde está situada a sede da Companhia e determinadas embarcações cujos contratos de arrendamento estão denominados em reais.

Para os demais arrendamentos que refletem em sua grande maioria equipamentos subsea e FPSO, não calculamos a inflação devido à sua contratação ter sido efetuada em dólar norte-americano e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FPSO	147.600	345.054
Equipamentos subsea	99.838	114.818
Embarcações	110.017	53.942
Imóveis	<u>890</u>	<u>1.074</u>
Total	<u>358.345</u>	<u>514.888</u>

## 18. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	1.310	364	124.853	54.607
Débitos com parceiros	-	-	92.851	42.558
Fornecedores estrangeiros	-	-	<u>295.918</u>	<u>97.246</u>
Total	<u>1.310</u>	<u>364</u>	<u>513.622</u>	<u>194.411</u>
Circulante	1.310	364	513.622	194.411
Não circulante	-	-	-	-

Em 30 de setembro de 2022 o saldo de fornecedores é representado principalmente pelo contas a pagar devido ao início dos investimentos no desenvolvimento de equipamentos e serviços atribuídos ao Sistema Definitivo de Atlanta e também ao início da campanha de perfuração do poço 5H no campo de Atlanta localizado no Bloco BS-4.

Em 30 de setembro de 2022 a conta de fornecedores estrangeiros no consolidado inclui as obrigações vinculadas ao pagamento de faturas relativas ao contrato de adaptação do novo FPSO no montante de US\$ 42.274, equivalentes a R\$ 228.559 e obrigações vinculadas ao pagamento de faturas relativas ao contrato de Charter no montante de US\$ 11.840, equivalentes a R\$ 64.014.

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	30/09/2022	31/12/2021	Consolidado		
			Encargos	Pagamento	Vcto até
Moeda nacional					
BNB - Banco do Nordeste	85.553	98.131	4,71% a.a. (b)	Mensal	(*)
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos:					
Subcrédito A	16.503	29.663	3,5% a.a.	Mensal	Set/23
Subcrédito B	20.052	34.153	TJLP + Juros (a)	Mensal	Set/23
	<u>36.555</u>	<u>63.816</u>			
Total consolidado - Saldo bruto (b)	<u>122.108</u>	<u>161.947</u>			
Custo do empréstimo Finep	(264)	(462)			
Saldo consolidado líquido	<u>121.844</u>	<u>161.485</u>			
Circulante	121.844	134.641			
Não circulante	-	26.844			

Em 30 de setembro de 2022 a TJLP foi de 7,01% a.a. (5,32% a.a. em dezembro de 2021).

(a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

(b) Reduzida por bônus de adimplência de 15%.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo bruto do custo de empréstimo em 31 de dezembro de 2020	217.073
(+) Adições de juros e custos de financiamento	9.469
(-) Amortização de principal	(54.704)
(-) Amortização de juros	(10.353)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u>161.485</u>
(+) Adições de juros e custos de financiamento	5.277
(-) Amortização de principal	(40.087)
(-) Amortização de juros	(4.831)
Saldo final em 30 de setembro de 2022	<u>121.844</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15 de setembro de 2016 e as demais em meses subsequentes, sendo a última esperada para 15 de setembro de 2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo da Companhia.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 20 de outubro de 2019 e as demais em meses subsequentes, sendo a última esperada para 29 de setembro de 2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante a vigência do contrato, a Companhia deve manter pelo menos três prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 11).

(\*) O contrato de dívida com o BNB previa ainda que caso os projetos envolvidos (BM-CAL-12, BM-J-2 e BM-CAL-5) fossem descontinuados e devolvidos à ANP em conjunto, ocorreria a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo, 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderia ultrapassar setembro de 2022. Em fevereiro de 2022 o consórcio decidiu pela devolução em definitivo do terceiro e último Bloco (BM-CAL-12) e, como consequência, transferiu integralmente o empréstimo junto ao BNB para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 e encontra-se aguardando a aprovação da ANP para devolução destes projetos, quando então será feita a quitação dos valores envolvidos. Não há bens dados em garantias para estes empréstimos e as dívidas não são conversíveis em ações.

## 20. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), avaliou a probabilidade de perda de seus processos judiciais no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável foram provisionados. Os processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável ou possível estão divulgados nestas informações trimestrais.

### 20.1. Processos judiciais não provisionados

Os processos considerados como de perda possível, que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais, encontram-se apresentados abaixo e os valores informados estão atualizados até 30 de setembro de 2022.

### Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”)

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22 de novembro de 2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (“IMA”), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$ 776 (participação Enauta) em 30 de setembro de 2022 (R\$1.331 em 31 de dezembro de 2021).

O auto de infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo IMA em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007, com vistas a obter a licença ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$ 488 (participação Enauta) em 30 de setembro de 2022 (R\$400 em 31 de dezembro de 2021).

### Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do arraste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machadinho (BA), fato este que teria causa dos danos ambientais no local. A contingência atualizada tem valor de R\$ 10.243 (participação Enauta) em 30 de setembro de 2022 (R\$10.435 em 31 de dezembro de 2021).

### Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia - Superintendência de Administração Tributária (“SAT”)

Foram lavrados sete autos de infração pela Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ/BA, a partir de 2015, sendo cinco apenas ao final de 2021, em razão do suposto cometimento das seguintes infrações: (i) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento; (ii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento; (iii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária; e (iv) omissão na prestação de informações relacionadas a lançamentos efetuados na EFD, os quais a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. A contingência atualizada tem valor de R\$5.637 (participação da Enauta) em 30 de setembro de 2022 (R\$3.112 em 31 de dezembro de 2021).



### Processos junto à Agência Nacional do Petróleo – (“ANP”)

Processo administrativo nº 48610.09213/2020-03 em razão da multa aplicada no auto de infração recebido em 16 de junho de 2020 lavrado pela Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente na ANP (“SSM”).

A infração refere-se à suposta não conformidade identificada em auditoria do SGSO conduzida pela SSM em abril de 2019 na unidade FPSO Petrojarl I. Foi apresentada a defesa e em agosto de 2021 foi fixada multa em R\$ 803. Em 10 de janeiro de 2022 a Companhia recolheu efetivamente o valor da multa, atualizada no total de R\$904.

Processo administrativo nº 48610.206338/2022-35 em razão da multa aplicada no auto de infração recebido em 25 de março de 2022 lavrado pela ANP. A infração refere-se ao suposto descumprimento do Plano de Desenvolvimento do Campo de Atlanta. Foi apresentada a defesa e a multa ainda não foi fixada, podendo variar entre R\$ 5 a R\$ 2.000.

### Processo Administrativo – Plano de opção de ações

Em agosto de 2022, a Controlada Enauta Energia recebeu dois autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de Contribuição Previdenciária da Empresa e do Empregador e da Contribuição para outras entidades e fundos, nos valores de R\$884 e R\$173, respectivamente, pelo suposto descumprimento de obrigações assessórias nos meses de agosto a dezembro de 2017, que resultou em valores não oferecidas à tributação, no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações. As impugnações foram protocoladas tempestivamente e aguarda-se o seu julgamento.

### ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no exercício de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, em que a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da Enauta, os valores em discussão, montam cerca de R\$7.032 em 30 de setembro de 2022 (R\$6.545 em 31 de dezembro de 2021).

### IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre remessas ao exterior para o pagamento de afretamento nos exercícios de 2008 a 2013. Nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já nos exercícios de 2010 a 2013 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS.

Os processos em que se discute CIDE 2008, CIDE 2009, PIS/COFINS 2011 e PIS/COFINS 2012 já se encontram na fase judicial. O relativo à CIDE 2008 tem decisão de primeira instância favorável e aguarda julgamento de recurso em segunda instância e os demais ainda estão na primeira instância aguardando a prolação da sentença. Os processos relativos à CIDE 2010 a 2013 e à PIS/COFINS 2010 e 2013 ainda se encontram na fase administrativa, todos aguardando julgamento do Recurso Especial no CARF. A Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras.

Em relação ao IRRF, o Operador optou pelo pagamento especial previsto na Lei Federal nº 13.586/2017, artigo 3º, o que resultou na obrigatória desistência (parcial) dos processos que tinham por objeto os débitos deste imposto, conforme descrito na nota explicativa 12.2 (c).

Com relação à participação da Enauta, os valores que permanecem em discussão referentes aos afretamentos realizados de 2008 a 2013, montam cerca de R\$70.766 em 30 de setembro de 2022 (R\$64.895 em 31 de dezembro de 2021).

### Taxa – Município São Francisco do Conde

Ajuizada a Execução Fiscal nº 8000613-08.2021.8.05.0235 pelo Município de São Francisco do Conde-BA contra o operador, Petrobras, para cobrança de uma taxa, que está em trâmite na Vara Única deste Município. O processo está em fase de citação, mas sem prazo em curso. A Companhia está acompanhando a estratégia sob responsabilidade do operador. No tocante à participação da Enauta, os valores em discussão montam cerca de R\$46.

## 20.2. Processos judiciais provisionados

### Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”)

O processo administrativo nº 02001.000408/2021-30 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração instaurado pelo IBAMA em 2021. Trata-se de descumprimento da condicionante específica de atendimento ao prazo para solicitação de renovação de autorização de Captura, Coleta e Transporte de material Biológico. A solicitação foi feita, mas segundo o IBAMA, intempestivamente. A contingência atualizada tem o valor de R\$ 54 em 30 de setembro de 2022 e encontra-se integralmente provisionado.

### 20.3. Processos judiciais - recuperação de tributos

Exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS

Em 2014 a controlada Enauta Energia entrou com ação judicial questionando a constitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS e pleiteando a restituição do valor recolhido.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento, na sistemática de repercussão geral, do *leading case* da matéria (RE 574.706), com decisão favorável aos contribuintes, a fim de garantir os direitos de exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS.

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) julgou favorável os argumentos apresentados pela controlada Enauta Energia na Ação Declaratória nº 0182458-25.2014.4.02.5101, ajuizada para questionar a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS e para requerer a restituição dos valores recolhidos a partir de dezembro de 2009 e, com base nesta decisão, do STF e nas opiniões legais dos consultores jurídicos, deixou de incluir o ICMS nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS a partir deste período.

Em 26 de junho de 2020 transitou em julgado a decisão favorável proferida pelo TRF2 nos autos da ação declaratória referida acima. Como resultado desta decisão, foi reconhecido em 30 de setembro de 2020 o valor de R\$56.485 como impostos a recuperar em contrapartida do resultado do exercício findo naquela data, seguindo os critérios da Solução Consulta Interna Cosit (SCI) 13/2018, em linha com o CPC 25/IAS 37 e as orientações da OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021.

Contudo, em 13 de maio de 2021, o STF julgou os embargos de declaração opostos pela União Federal no *leading case* da matéria (RE 574.706), na sistemática de repercussão geral, e definiu que o critério a ser utilizado para fins de restituição é o valor do ICMS destacado na nota fiscal e não o ICMS a pagar, líquido dos créditos, como era o entendimento disposto na supracitada Solução Consulta Interna Cosit (SCI) 13/2018. Por este motivo, a Companhia reconheceu seus créditos fiscais adicionais, no valor de R\$10.681, a partir de 31 de maio de 2021 (sendo R\$ 7.142 de principal e R\$ 3.539 de receita financeira), resultando em um valor total a recuperar atualizado em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$73.341 (conforme nota explicativa 12.1).

A Companhia destaca que em setembro de 2020, devido ao trânsito em julgado da decisão proferida em sua ação declaratória naquele exercício, foi levantado o valor de R\$ 6.000 que havia sido depositado judicialmente por um pequeno período ao longo do referido processo.

A recuperação dos créditos de PIS e COFINS indevidamente recolhidos desde 2009 pela Enauta Energia ocorrerá via execução de sentença (precatório judicial) e passará a ser receita tributável para fins de IRPJ e CSLL na data da expedição do precatório, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º do artigo 5º do Ato Declaratório Interpretativo SRF23/2003., excluindo-se o valor referente à taxa SELIC, no valor R\$29.920, em função do julgamento do Tema 962 pelo STF.

## 21. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período findo em 30 de junho de 2022. A provisão constituída reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação de 2,79% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperada do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa média de 4,04% ao ano em dólares norte-americanos.

A movimentação da provisão para abandono no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Campos		Consolidado
	Manati	Atlanta	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	260.328	225.238	485.566
Atualização	20.856	52.839	73.695
Adição de participação consórcio (nota explicativa 16.1)	-	278.313	278.313
Ajuste a valor presente (adição de participação consórcio)	-	(57.529)	(57.529)
Ajuste a valor presente	4.267	6.868	11.135
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>285.451</u>	<u>505.729</u>	<u>791.180</u>
Remensuração de provisão (a)	10.116	(73.023)	(62.907)
Atualização Cambial	(9.450)	(19.065)	(28.515)
Ajuste a valor presente	<u>816</u>	<u>4.406</u>	<u>5.222</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>286.933</u>	<u>418.047</u>	<u>704.980</u>

(a) Vide nota explicativa 3.2.6 e nota explicativa 15.

A Companhia, no contexto dos consórcios, reavalia anualmente as estimativas de provisão de abandono de seus campos.

A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

## 22. OBRIGAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
PEM a pagar	65.246	92.200
Total	65.246	92.200
Circulante	7.324	34.278
Não circulante	57.922	57.922

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$57.922 refere-se a adiantamentos de PEM (Programa exploratório mínimo) recebido dos sócios dos blocos PAMA-M-265, PAMA-M-337 e FZA-M-90. Estes blocos estão com contrato suspenso temporariamente em razão do aguardo do IBAMA com o licenciamento ambiental, não sendo aplicável, desta forma, a atualização das garantias.

O valor de R\$7.324 registrado em 30 de setembro de 2022 como passivo circulante refere-se ao seguro garantia do bloco BM-CAL-12 (R\$34.278 em 31 de dezembro de 2021 referem-se ao seguro garantia dos blocos CE-M-661 e BM-CAL-12). Em 29 de março de 2022, a Companhia efetuou pagamento de multa do PEM de R\$26.904 referente à devolução do Bloco CE-M-661, dos quais R\$26.953 estavam provisionados em 31 de dezembro de 2021.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita operacional bruta	192.306	1.600.976	612.725	1.197.224
PIS	(1.891)	(6.509)	(2.043)	(6.579)
COFINS	(8.712)	(29.980)	(9.408)	(30.303)
ICMS	(14.854)	(51.244)	(16.237)	(52.432)
Créditos presumidos ICMS (*)	-	4.988	3.248	10.486
Total de deduções	(25.457)	(82.745)	(24.440)	(78.828)
Receita operacional líquida	166.849	1.518.231	588.285	1.118.396

(\*) Benefício fiscal de ICMS conforme Decreto Estadual nº 13.844/12 da Bahia extinto no primeiro semestre de 2022.

## 24. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

### 24.1. Custos

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custos de extração	(65.564)	(334.881)	(88.216)	(120.833)
Royalties e participação especial	(12.935)	(85.668)	(37.568)	(75.882)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(1.368)	(2.736)
Amortizações e depreciações	(61.263)	(395.024)	(272.912)	(518.373)
Total	<u>(139.762)</u>	<u>(815.573)</u>	<u>(400.064)</u>	<u>(717.824)</u>

No período findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, os custos de extração incluem custo de ociosidade referente à parada não programada do Campo de Atlanta ocorrida no período.

### 24.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal	(2.105)	(6.818)	(1.661)	(4.091)
Serviços contratados de terceiros	(2.882)	(5.834)	(461)	(1.180)
Seguros	(204)	(204)		
Impostos e taxas	(82)	(246)	(63)	(166)
Anúncios e publicações	(2)	(384)	(13)	(343)
Outras despesas	<u>(119)</u>	<u>(183)</u>	<u>(61)</u>	<u>(73)</u>
Total	<u>(5.394)</u>	<u>(13.669)</u>	<u>(2.259)</u>	<u>(5.853)</u>

  

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Pessoal (a)	(25.777)	(75.900)	(22.372)	(64.862)
Serviços contratados de terceiros	(11.200)	(30.580)	(4.864)	(15.606)
Seguros	(771)	(1.109)	(154)	(487)
Impostos e taxas	257	(104)	(637)	(915)
Anúncios e publicações	(518)	(1.258)	(94)	(824)
Serviços compartilhados	218	(244)	-	59
Amortizações e depreciações	(1.998)	(3.110)	(472)	(1.298)
Manutenção	(2.590)	(6.888)	(1.261)	(3.731)
Locação	(260)	(1.239)	(280)	(734)
Outras despesas	(1.489)	(7.927)	(730)	(1.882)
Alocação de projetos E&P (b)	15.104	35.675	10.140	27.589
Total	<u>(29.024)</u>	<u>(92.684)</u>	<u>(20.724)</u>	<u>(62.691)</u>

(a) As despesas com pessoal incluem os programas de pagamento baseado em ações: *Phantom Shares* e *matching share*

#### Phantom shares:

Em abril de 2022, a Companhia outorgou 478.044 Phantom Shares, equivalentes, como referência para valorização da premiação, a 478.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa.

O pagamento é condicionado à permanência do funcionário da Companhia no período de 36 meses, adquirindo o direito de recebimento de 1/3 do plano no mês de janeiro de cada ano subsequente a prestação de serviços.

Uma vez cumprida a condição de serviço, sendo a principal delas manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou controladas até o término do *vesting*, previsto para os meses de janeiro de 2023, 2024 e 2025, o beneficiário receberá o prêmio, com a quantidade de Phantom Shares outorgadas, diferidas em 3 parcelas iguais nos meses de fevereiro de 2023, 2024 e 2025.

O valor justo é calculado com base na cotação média das ações da Companhia no mês anterior ao pagamento. Em 30 de setembro de 2022, o valor justo contabilizado na rubrica de “remuneração e obrigações sociais” correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo circulante no montante de R\$ 2.053 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021) tendo sido reconhecida uma despesa de igual valor no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

A média do valor da ação ENAT3 em dezembro de 2021 foi de R\$ 13,74. Para o cálculo da provisão, consideramos os funcionários elegíveis ativos e utilizamos a média do valor da ação ENAT3 no último mês do trimestre que foi de R\$ 15,77.

O programa atualmente vigente é o seguinte:

	Outorga	Prazo final
Phanton Shares	abril/2022	fevereiro/2025

#### *Matching share:*

Outorgado em agosto de 2022, é um programa elegível a todos os funcionários - com exceção aos elegíveis no *phantom share* – que podem adquirir ações da Companhia equivalente até 1 salário.

A quantidade de ações é usada apenas como referência, pois não há outorga de ações. Para o cálculo da provisão, consideramos os funcionários que optaram pelo programa até o dia 31 de agosto e utilizamos a média do valor da ação ENAT3 no último mês do trimestre que foi de R\$ 15,77).

- (b) Refere-se à transferência de despesas relativas aos blocos operados pela Enauta Energia para respectiva alocação como custo de operação ou a gastos exploratórios.



## 25. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Gastos incorridos com blocos e poços baixados (a)	4.589	(139.106)	(83)	(37.198)
Aquisição / processamento de sísmica	(254)	(319)	(3.141)	(3.311)
Gastos com geologia e geofísica	(2.305)	(3.051)	(41)	(1.142)
Gastos de gerenciamento de projetos	(3.528)	(10.242)	(2.812)	(7.852)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(72)	(194)	(70)	(142)
Serviços de perfuração	(4.152)	(10.987)	(4.245)	(22.184)
Outros	(837)	(5.837)	(828)	(3.240)
Total	<u>(6.559)</u>	<u>(169.736)</u>	<u>(11.220)</u>	<u>(75.069)</u>

- (a) No período findo em 30 de setembro de 2022, o valor refere-se basicamente aos gastos incorridos com o poço exploratório, já baixado, no Bloco SEAL-M-428, denominado 1-EMEB-3-SES, em que, após concluída a perfuração, perfilagem e avaliação final, não se constatou a ocorrência de hidrocarbonetos. Por consequência, a Administração resolveu pela sua baixa e registro contábil como gastos exploratórios. Após revisão dos gastos do SEAL-M-428, o operador constatou valor não devido pela Enauta Energia no montante de R\$ 4.622, sendo ajustado no trimestre findo em 30 de setembro de 2022.

## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Outras receitas (a)	<u>1.400</u>	<u>1.400</u>	=	<u>1</u>
Outras despesas operacionais	=	=	=	=
Total	<u>1.400</u>	<u>1.400</u>	=	<u>1</u>

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/0 1/20 21 a 30/0 9/20 21
Receitas tributárias (b)	-	4.016	-	-
Receitas de Materiais	-	1.731	-	-
Outras Receitas	2.214	8.239	-	-
Exclusão ICMS da Base PIS/COFINS (c)	-	-	-	7.142 10.77
Acordo societário (d)	-	-	-	0
Despesas tributárias	-	(1.969)	(1)	(500)
Ganho no aumento de participação societárias – QGEP BV	-	-	10.763	10.76 3
Aumento de participação consórcio (e)	-	-	-	821.3 05
Amortização despesa antecipada	(1.600)	(4.695)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(101)	(1.605)	-	-
Amortização seguro (f)	(3.987)	(9.944)	-	-
Custos sobre materiais	-	(2.941)	-	-
				(2.500)
Outros	<u>2</u>	<u>(759)</u>	<u>(1.620)</u>	<u>846</u> )
Total	<u>(3.472)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>9.143</u>	<u>980</u>

- (a) Efeito do resultado positivo da aquisição da Enauta Petróleo e Gás Ltda, cuja denominação anterior era Barra Energia.
- (b) Em 28 de julho de 2021, Enauta Energia impetrou mandado de segurança visando assegurar o direito de afastar a exigência do IRPJ e da CSLL sobre o valor correspondente ao montante atualizado pela Selic apurado quando da restituição/compensação de indébito tributário, (mesmo que feito administrativamente ou internamente), decorrente ou não de ação judicial. O trânsito em julgado da decisão favorável ocorreu em 14 de fevereiro de 2022. A Companhia reconheceu a partir desse momento seu direito sobre tais créditos referentes aos últimos 5 anos.
- (c) Em 30 de setembro de 2021, refere-se ao valor do principal referente ao crédito de PIS e Cofins no ganho de causa de ICMS (nota explicativa 20).
- (d) Conforme divulgado em fato relevante de 28 de abril de 2021, a Enauta Energia assinou acordo com a Dommo Energia S.A referente a todos os litígios existentes relativos ao Campo de Atlanta (Bloco BS-4). O acordo prevê a extinção de todos os processos entre as partes, incluindo as suas afiliadas, bem como restringe a novos litígios entre as partes.
- (e) Refere-se ao reconhecimento da transferência de 50% dos direitos e obrigações de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Campo de Atlanta. (notas explicativas 1 e 16).
- (f) Refere-se à amortização dos seguros referente a reforma do FPSO para o Sistema Definitivo do Campo de Atlanta.

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Rendimento aplicações financeiras (a)	109	339	177	188
Outras receitas e despesas financeiras	(6)	246	(17)	155
Imposto sobre operações financeiras	(23)	(25)		
Pis sobre receitas financeiras	(1)	(5)	(1)	(3)
Cofins sobre receitas financeiras	(8)	(29)	(7)	(16)
Atualização sobre créditos tributários (b)	37	120	7	29
Var. Cambial/Monet. Passivas	-	-	(6)	(6)
Outros	(11)	185	(10)	151
Total	103	585	160	343

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Rendimento aplicações financeiras (a)	20.736	(67.560)	55.366	73.381
Outras receitas e despesas financeiras	17.579	(93.198)	(61.848)	(112.408)
Juros do passivo do direito de uso - IFRS 16	(6.463)	(23.457)	(12.690)	(34.642)
Imposto sobre operações financeiras	(300)	(5.750)	-	-
Pis sobre receitas financeiras	(457)	(2.278)	(531)	(808)
Cofins sobre receitas financeiras	(3.113)	(14.549)	(3.266)	(4.971)
Atualização sobre créditos tributários (b)	1.631	5.016	625	4.666
Variações cambiais / monetárias - ativa	78.328	458.304	46.125	77.840
Variações cambiais / monetárias - passiva	(53.584)	(495.316)	(75.044)	(110.289)
Derivativo (c)	480	480	5.700	5.700
Derivativo - NDF (d)	2.105	(3.935)	-	-
Outros (e)	(1.048)	(11.713)	(5.155)	(28.032)
Total	38.315	(160.758)	(6.482)	(39.027)

- (a) Refletem receitas financeiras (ou despesas financeiras no caso da variação cambial quando da apreciação do real perante a moeda dólar americano) tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa Selic para títulos públicos e variação da moeda corrente norte americana para fundo cambial.
- (b) Em 30 de setembro de 2022 e de 2021, valor refere-se à atualização de juros sobre valor principal de contabilização de causa do ICMS (nota explicativa 20).
- (c) Resultado das operações do hedge de óleo em decorrência do volume contratado ter sido superior a produção efetiva.

(d) Operação de derivativos de moeda com o intuito de proteger a Companhia contra a variação da taxa do dólar.

(e) Refere-se principalmente ao reconhecimento dos juros atrelados aos financiamentos FINEP e BNB (R\$4.348) e reflexo do AVP da provisão de abandono (R\$5.222).

## 28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

### a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Prazo fase exploratória	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu Almada	Manati (BCAM-40)	06/08/98	N/A	Petrobras (operador) Enauta Energia Geopark Petrório	35 45 10 10
	Santos	Atlanta (BS-4)	06/08/98	N/A	Enauta Energia (operador)	100
Exploração	Camamu – Almada	CAL-M-372 (a)	24/11/04	Em discussão com a ANP (b)	Petrobras (operador) Enauta Energia 3R Petroleum Offshore	60 20 20
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/13	Em discussão com a ANP (b)	Enauta Energia (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/13	Em discussão com a ANP (b)	Enauta Energia (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/13	Em discussão com a ANP (b)	Enauta Energia (operador)	100
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/13	22/01/2025	Enauta Energia Petrobras (operador)	20 80
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/13	22/01/2025	Enauta Energia Petrobras (operador)	20 80
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-351	23/12/15	23/09/2023	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-428	23/12/15	23/09/2023	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-501	29/01/18	29/10/2025	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-503	29/01/18	29/10/2025	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	30 50 20

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Prazo fase exploratória	Participação	%
					Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-430	07/11/18	29/10/2025	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-573	07/11/18	07/08/2026	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-505	14/02/20	14/11/2027	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-575	14/02/20	14/11/2027	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Sergipe – Alagoas	SEAL-M-637	14/02/20	14/11/2027	Enauta Energia ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador) Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	30 50 20
	Paraná	PAR-T-196	28/06/21	28/06/2027	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-215	28/06/21	28/06/2027	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-86	28/06/21	28/06/2027	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30
	Paraná	PAR-T-99	28/06/21	28/06/2027	Eneva (operador) Enauta Energia	70 30

- (a) Após estudos aprofundados, o Consórcio decidiu pela devolução integral do Bloco CAL-M-372 e formalização junto a ANP. A Companhia havia reconhecido provisão contábil de potencial baixa deste ativo exploratório nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$37.221 e está aguardando a autorização da ANP para saída definitiva do Bloco.
- (b) Em função de licenciamentos ambientais junto aos órgãos reguladores a Companhia está discutindo postergações dos prazos estabelecidos para o programa exploratório.

A duração total do contrato de concessão é igual à soma do período decorrido entre a assinatura do contrato até a declaração de comercialidade referentes à fase exploratória mais 27 anos associados à fase de produção. Os prazos da fase exploratória estão definidos nos respectivos contratos de concessão.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural:

Bloco/campo	Total Garantia para o PEM (% Enauta)	Ano do contrato	Bônus de assinatura (% ENAUTA)	Área km²	Royalties	Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
	MM R\$							
Manati	-	2000	-	75,72	8%	100	200	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	-	745,03	10%	239	478	2.390,00
FZA-M-90	108,3	2013	18.945	766,30	10%	63,66	127,32	636,60
PAMA-M-265	1,4	2013	3.020	769,30	10%	218,91	437,82	2.189,10
PAMA-M-337	108,5	2013	35.206	769,30	10%	218,91	437,82	2.189,10
ES-M-598	63,0	2013	14.182	722,36	10%	95,49	190,98	954,90
ES-M-673	8,1	2013	12.562	721,21	10%	95,49	190,98	954,9
SEAL-M-351	-	2015	19.158	756,86	10%	875,73	1.751,46	8.757,3
SEAL-M-428	131,7	2015	10.843	756,24	10%	875,73	1.741,46	8.757,3
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,61	8%	200	400,00	2.000
SEAL-M-501	-	2018	18.847	753,80	10%	1668,11	3.336,22	16.681,11
SEAL-M-503	0,5	2018	14.136	754,60	10%	278,02	556,03	2.780,17
SEAL-M-573	-	2018	1.089	755,24	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-430	-	2018	1.089	755,95	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-505	0,3	2020	810	754,60	10%	239,85	479,7	2.398,50
SEAL-M-575	0,3	2020	933	753,90	10%	239,85	479,7	2.398,50
SEAL-M-637	4,9	2020	612	753,30	10%	239,85	479,7	2.398,50
PAR-T-196	1,1	2021	152	2.864,00	5%	112,76	225,52	1.127,60
PAR-T-215	1,1	2021	171	2.854,00	5%	112,76	225,52	1.127,60
PAR-T-86	1,1	2021	133	2.918,00	5%	112,76	225,52	1.127,60
PAR-T-99	1,1	2021	178	2.909,00	5%	112,76	225,52	1.127,60
<b>Total</b>	<b>438,7</b>		<b>152.066</b>					

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, PAMA-M-337 e ES-M-598.

Nos blocos adquiridos nas Rodadas 13, 14, 15, no primeiro e segundo Ciclos da Rodada de Ofertas Permanente, não há o compromisso de perfuração de poço (blocos: SEAL-M-351, SEAL-M-428, SEAL-M-430, SEAL-M-501, SEAL-M-503 e SEAL-M-573, SEAL-M-505, SEAL-M-575, SEAL-M-637, PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86 e PAR-T-99). Os blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428, adquiridos na Rodada 13 (setembro de 2021) têm o compromisso de perfuração de um poço no Bloco SEAL-M-428, a qual foi concluída no 2º trimestre de 2022.

A controlada Enauta Energia detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações (nota explicativa 21).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a Enauta Energia:

- Royalties - O preço de referência do petróleo, a partir de janeiro de 2018, é regulamentado pela Portaria da ANP nº 703/2017, e é apurado com base nas características físico-químicas e comerciais da corrente de petróleo a que cada área estiver vinculada. O valor é divulgado mensalmente pela ANP. Já o preço de referência do gás natural é regido sob as normas da Resolução da ANP nº 40/2009, que determina que nos casos em que a exploração comercial do campo ocorrer sob a forma de consórcio, o preço será calculado a partir da média ponderada dos preços de venda do gás natural pelos volumes comercializados. Para Manati, os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência (condensado) e da média ponderada da venda (gás natural), desde o início da produção da área de concessão. Em relação à Atlanta, o recolhimento corresponde a 7,8% do valor de referência tanto para o óleo vendido quanto para o gás consumido.

No período findo em 30 de setembro de 2022, o total de royalties referentes à produção do campo Manati e Atlanta, foi de R\$ 85.499 (R\$ 77.402 em 30 de setembro de 2021), dos quais R\$ 5.845 (R\$ 12.488 em 31 de dezembro de 2021) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos com royalties.

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do artigo 45 da Lei Federal nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto Federal nº 2705/1998, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 30 de setembro de 2022 não foi registrado valor de participação especial (R\$1.608 em 30 de setembro de 2021). Não foi registrado valor em aberto no passivo a pagar em 30 de setembro de 2022 (R\$384 em 31 de dezembro de 2021).
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi provisionado o montante de R\$2.517 para o período findo em 30 de setembro de 2022, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$1.745 em 30 de setembro de 2021).



## b) Informações sobre as reservas

As reservas provadas de gás e óleo da Enauta Energia foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Resources Management System ("PRMS"), os quais foram aprovados pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás e óleo que, pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios, podem ser estimadas com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressaltadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações geológicas.

A reserva de gás estimada para o campo de Manati está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de gás (MMm <sup>3</sup> ) (*)
Reserva Provada e desenvolvida de 100% da participação em 31/12/2021 (**)	3.490
Produção em 2022	<u>(752)</u>
Reserva Provada e desenvolvida de 100% da participação em 30/09/2022	<u>2.738</u>

A reserva de óleo estimada para o campo de Atlanta está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de óleo (MMbbl) (*)
Reserva Provada e desenvolvida de 100% da participação em 31/12/2021 (**)	7,7
Incremento no volume da reserva provada	<u>2,5</u>
Total conforme relatório GCA	<u>10,2</u>
Produção em 2022	<u>(2,1)</u>
Reserva Provada e desenvolvida de 100% da participação em 30/09/2022	<u>8,1</u>

(\*) Produção do trimestre não auditada pelos auditores independentes. Apenas procedimentos de revisão trimestral.

(\*\*) Conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA emitidos em 21 de julho de 2022 para campo de Atlanta e em 4 de fevereiro de 2022 para o campo de Manati.

### c) Garantias

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo concedeu garantias, através de seguro garantia e fiança bancária cuja beneficiária é a ANP, no total de R\$438.750 e R\$470.622, respectivamente. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração.

Essas garantias garantem ao órgão regulador ANP o valor monetário do cumprimento das obrigações do PEM (Programa Exploratório Mínimo) da Enauta Energia assumidas através dos contratos de concessão para atividades de exploração nos blocos onde temos participação.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R\$ 34.070 em garantia corporativa à ANP com objetivo de garantir a execução do plano de descomissionamento do Campo de Atlanta.

## 29. COMPROMISSOS

Em 30 de setembro de 2022, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos (incluindo FPSO do Sistema Definitivo (SD) conforme descrito na nota explicativa 1), arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro sem quaisquer efeitos de ajuste financeiro no tempo:

	Compromissos (*)					
	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compromissos para aquisição de imobilizado (SD)	735.310	1.265.948	406.192	185.547	302.614	2.895.611
Compromissos de arrendamento	116.192	223.804	48.636	25.766	41.422	455.820
Serviços contratados	89.968	227.868	85.923	13.574	829	418.162
<b>TOTAL DE COMPROMISSOS</b>	<b>941.470</b>	<b>1.717.620</b>	<b>540.751</b>	<b>224.887</b>	<b>344.865</b>	<b>3.769.593</b>

(\*) Este montante representa a participação da Enauta Energia nos compromissos dos consórcios por ela operados.

### 30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, contas a pagar, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e opções de venda de óleo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração, que visa mitigar eventos que possam afetar adversamente sua geração de caixa e flexibilidade financeira.

Seguindo a política mencionada acima, a Companhia possui opção de venda de parte de sua produção de petróleo estimada como firme, conforme descrito abaixo, para os próximos seis meses, equivalente a 250 mil barris, a um valor médio de US\$70 por barril. O custo médio da compra destas opções de venda (PUT asiática trimestral) foi de US\$ 2,95 por barril equivalente a US\$ 737,5 mil dólares (R\$ 3.987 mil reais, convertido ao câmbio de fechamento de setembro de 2022 de 5,406 US\$/R\$). Os valores envolvidos são registrados em conta de Outros Resultados Abrangentes até o exercício da opção e, quando liquidadas, em conta de Receita Operacional.

Janela de exercício	Opções de venda
01/10/2022 a 31/12/2022	<u>250.000</u>
	<u>250.000</u>

A Companhia adota desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a prática contábil do “hedge accounting” no registro de suas operações de opções de venda de óleo, entendendo ser esta a melhor forma de refletir em suas informações financeiras trimestrais. A compra de opção de venda de Brent está lastreada à produção futura de óleo e desta forma é contabilizado um instrumento de hedge do preço de venda, sem fins especulativos, em linha com a Política de Gestão de Riscos de Mercado (veja letra “f” abaixo – risco de volatilidade de preço do petróleo). A expectativa de quantidade a ser produzida é comparada periodicamente com a efetiva produção e, quando não são correspondentes, a operação de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

## Categoria dos instrumentos financeiros

	30/09/2022			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	370.644	370.644
Caixa e depósitos bancários	5.947	5.947	1.553.099	1.553.099
Contas a receber (i)	-	-	139.023	139.023
Partes relacionadas	-	-	144	144
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Fornecedores (i)	1.310	1.310	513.622	513.622
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	121.844	106.376

  

	31/12/2021			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	366.655	366.655
Caixa e depósitos bancários	307	307	830.416	830.416
Contas a receber (i)	-	-	306.787	306.787
Partes relacionadas	-	-	197	197
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	10.748	10.748	2.215.575	2.215.575
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Fornecedores (i)	364	364	194.411	194.411
Partes relacionadas	12.056	12.056	-	-
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	161.485	161.485

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (IFRS 7) estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um julgamento ou estimativa significativos.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados em sua grande maioria pelo nível 2 para seus principais instrumentos financeiros:

- (i) os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) as mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Na operação de combinação de negócios descrita nas notas explicativas 1 e 16, a Administração na preparação do modelo de fluxo de caixa para determinação do valor justo dessa transação considerou *inputs* categorizados como Nível 3.

b) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais não descontados, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia apresenta capital circulante positivo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 refletindo sua forte política de gerenciamento de liquidez.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>1.310</u>	<u>1.310</u>
Total	<u>1.310</u>	<u>1.310</u>

  

	Consolidado			
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Total
Fornecedores	329.393	13.066	171.163	513.622
Empréstimos e financiamentos	<u>4.808</u>	<u>9.432</u>	<u>107.604</u>	<u>121.844</u>
Total	<u>334.201</u>	<u>22.498</u>	<u>278.767</u>	<u>635.466</u>

  

Arrendamento - passivo		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
Até um ano		287.937	430.611
De 1 a 5 anos		121.108	200.499
Após 5 anos		<u>4.849</u>	<u>4.611</u>
Total		<u>413.894</u>	<u>635.721</u>

c) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de as vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (53% em 30 de setembro de 2022 e 29% em 31 de dezembro de 2021) e Shell (47% em 30 de setembro de 2022 e 71% em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que a concentração de seus negócios, pelo fato de a maior parte das transações ser com apenas dois clientes relevantes da indústria de óleo e gás, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos com esses clientes. No período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram registradas perdas com créditos junto aos seus dois únicos clientes.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e determinadas atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/09/2022</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (a) 25%</u>
CDI anual em 30 de setembro de 2022	10,93%		
Taxa anual estimada do CDI Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2022	370.644	Redução do CDI	8,20% 340.260
Resultado financeiro estimado em 31 de dezembro de 2022			(30.384)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o site do BACEN do dia 20 de outubro de 2022. estressado por uma redução de 25%.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/09/2022</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>
TJLP em 30 de setembro de 2022	7,01%		
Empréstimos e financiamentos:			
FINEP (b)	20.052		
Empréstimos e financiamentos:			
Taxa estimada da TJLP			8,76%
Resultado financeiro estimado em 31 de dezembro de 2022			1.757
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2022			21.809



- (a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) em 20 de outubro de 2022 estressado por um aumento de 25%.
- (b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP conforme divulgado na nota explicativa 19.

e) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano nos contratos de arrendamento da Companhia.

	Risco	Consolidado	
		30/09/2022	
		Cenário provável (a)	
		Saldo em US\$	Saldo em R\$
Dólar efetivo em 30 de setembro de 2022 (R\$5,4066)			
<u>Operação</u>			
Contratos de arrendamentos – passivo	Aumento do US\$	76.553	413.894
Fornecedores estrangeiros		54.733	295.918
Taxa anual estimada do dólar			6,5
Contratos de arrendamento e fornecedores em 31 de dezembro de 2022			853.361
Efeito no resultado financeiro em 31 de dezembro de 2022			143.549

- (a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o relatório Focus em 14 de outubro de 2022, emitido pelo Banco Central do Brasil, estressado por um aumento de 25% do dólar projetado..

f) Risco de volatilidade de preço do petróleo

Esse risco é proveniente da volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional. As operações com derivativos de opções de venda de óleo tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da Companhia à volatilidade exógena de mercado, entre eles commodity, a Diretoria tem constantemente contratado instrumentos derivativos para proteger a sua geração operacional de cenários de queda no preço do barril.

Essencialmente, as operações protegem a Companhia com a obtenção de um preço mínimo de venda por barril conforme quadro a seguir:

Instrumento	Operação	Data Inicial	Data Final	Volume barris de óleo (bbl)	Strike	Prêmio \$/bbl	Valor Justo R\$ mil
PUT	Compra	1-out-22	31-dez-22	250.000	70,0	2,95	1.246

#### Designação:

A relação de hedge foi designada para a exposição ao risco de variação de preço do Brent referente a estimativa de produção para os próximos 12 meses, compreendidos entre 01 de julho de 2022 a 01 de julho de 2023, até o limite estabelecido na Política de Gestão de Riscos da Companhia (contratação limite através de opções para o volume de até 75% e 73% da produção firme projetada para os primeiros 6 meses e do 7º ao 12º mês, respectivamente).

#### Risco hedgeado:

O risco protegido é a variação de preço do óleo sobre a produção futura altamente provável mensurada em barris de petróleo, referente à possível baixa no preço do Brent (índice balizador do preço de referência do petróleo vendido pela Companhia), negociados em USD na ICE (International Exchange Futures). O risco é mensurado pela expectativa futura de baixa nos valores das cotações do barril de Brent, com base na expectativa de receita para o período de cobertura do hedge. De acordo com fontes externas de mercado, a expectativa do preço do Brent em 31 de dezembro de 2022 é de US\$ 92,9.

#### Relação econômica:

O objeto de hedge está exposto à variação da cotação do barril de óleo (petróleo cru – Brent), as opções de vendas realizadas para um volume de produção futura, que garantem um valor mínimo de preço de venda para o volume contratado, de modo a proteger e gerar previsibilidade para os resultados da Companhia, assim como seu fluxo de caixa.

#### Efetividade:

A Companhia utilizar o método de *critical terms match* para fins de avaliação de efetividade, sendo a parcela inefetiva (caso houver) registrada diretamente em conta de resultado financeiro.

Tal metodologia consiste em comparar os principais aspectos do instrumento de hedge com o item/objeto de hedge, tais como: data, nocional, vencimento, quantidade de barris. Se tais aspectos forem os mesmos, então as mudanças no valor justo e fluxos de caixa atribuídos ao risco *hedgeado* poderão ser mutualmente compensados, demonstrando assim que o hedge é altamente efetivo.

### 31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$ 57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de setembro de 2022 é a seguinte:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Nº de ações Ordinárias	% de Participação	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Acionista				
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0	18.606.588	7,0
Ações em circulação	76.866.143	28,9	76.565.535	28,7
Ações em tesouraria (*)	2.391.049	1,0	2.690.656	1,0
Administradores	483.834	0,1	484.835	0,3
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

(\*) Vide nota explicativa 32.

#### ii. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação básico é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no exercício. O cálculo do resultado por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários-chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o resultado por ação.

	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
<u>Lucro básico por ação</u>		
Numerador:		
Resultado do período	201.288	753.873
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	<u>263.416</u>	<u>263.091</u>
Resultado básico por ação ordinária	0,76	2,87
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
<u>Lucro diluído por ação</u>		
Numerador:		
Resultado do período	201.288	753.873
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	263.416	263.091
Ações diluidoras	43	-
Resultado diluído por ação ordinária	0,76	2,87

### iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações ordinárias para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornaram exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014 e R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016 23/02/2016	Plano 2015 12/03/2015
Data da reunião do Conselho de Administração		
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%
Prazo de exercício da opção (em anos)	7	7

A volatilidade estimada foi definida a partir da volatilidade histórica para uma amostra compatível com o prazo da opção. Sendo a ENAT3 uma ação recentemente pública na época da determinação da volatilidade com histórico de preço limitado a quatro anos anteriores à data da outorga, a volatilidade foi estimada a partir das séries de retornos mensais da ENAT3 e de outra ação comparável no período de 7 anos.

Para compatibilizar os dados das empresas comparáveis que, no entanto, se distinguem em matéria de alavancagem e risco, foi usada a relação entre a volatilidade de ENAT3 e PETR4.

Como o modelo de avaliação adota o numerário INPC, a volatilidade esperada deve ser a volatilidade do preço da ação deflacionado por INPC, que é obtida a partir da série de retornos nominais das ações deduzidas das respectivas variações mensais do INPC.

A movimentação das opções de ações existentes no período findo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	Opções de ações
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	1.070.669
Exercício de opções no ano de 2021	(573.869)
Opções canceladas no ano de 2021	(137.821)
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2021	358.979
Exercício de opções em 2022	(299.607)
Opções em circulação em 30 de setembro de 2022	<u>59.372</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no período findo em 30 de setembro de 2022 estão sumarizadas abaixo:

Plano	Opções em circulação em 30/09/2022	Opções em circulação em 31/12/2021	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em 30/09/2022	Opções exercíveis em 31/12/2021	Preço de exercício médio (*)
Plano 2016	59.372	1.089.164	7	4,88	59.372	1.089.164	6,61

(\*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

Os saldos de plano de opção de ações no período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 registrados no patrimônio líquido é de R\$29.919 e R\$30.759, respectivamente.

As opções garantem ao beneficiário o direito de compra das ações, não havendo nenhum pagamento em caixa pela Companhia. Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, foram exercidas opções referentes ao Plano de 2015, pelo preço médio de R\$8,64 e opções referentes ao Plano de 2016, pelo preço médio de R\$6,61.

## 32. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos de 2011 a 2016.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	09/07/2012	2.491.517
Plano 2013	06/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	Quantidade de Ações ordinárias (*)	Valor - R\$mil
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.264.525	33.245
Realização de opção de ações em 2021	(573.869)	(5.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.690.656	27.401
Realização de opção de ações em 2022	(299.607)	(3.051)
Saldo em 30 de setembro de 2022	2.391.049	24.350

(\*) Quantidade de ações.

Custo médio histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação) é de R\$ 10,18.

### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 30 de setembro de 2022:

Quantidade de ações em tesouraria	2.391.049
Cotação por ação na B3 em R\$ em 30 de setembro de 2022	14,52
Valor de mercado	34.718

As ações em tesouraria são contabilizadas com base no custo de aquisição.

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 representa 1,0%, do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

### 33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para cobertura de riscos diversos. Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes em 30 de setembro de 2022 são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importâncias
	Início	Vencimento	Seguradas 30/09/2022
Energy Package	30/06/2021	31/12/2022	4.554.651
Charterer Liability	20/02/2022	20/02/2023	2.162.640
Patrimonial	21/07/2022	21/07/2023	14.571
D&O	29/03/2022	29/03/2023	140.000
Proteção e indenização	20/02/2022	20/02/2023	2.703.300
Risco de construção	14/03/2022	31/03/2024	2.905.493
RC Empregador	21/02/2022	21/02/2023	10.813
Total			<u>12.491.468</u>

### 34. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Enauta Energia, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo denominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Previdência privada	(29)	(83)	(26)	(76)
Total	<u>(29)</u>	<u>(83)</u>	<u>(26)</u>	<u>(76)</u>



	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Previdência privada	(451)	(1.236)	(374)	(1.066)
Total	(451)	(1.236)	(374)	(1.066)

### 35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Investimento – contraprestação Barra Energia	3.320	-	-	-
Estoque	-	-	18.360	-
Life extesion	-	-	45.503	-
Adição de arrendamentos	-	-	123.424	-
Provisão de abandono – atualização cambial	-	-	28.515	328.672
Provisão de abandono – remensuração provisão	-	-	62.907	-
Fornecedor de imobilizado	-	-	228.651	-
Aumento de participação em consórcio - Atlanta	-	-	-	810.664

### 36. EMISSÃO E ARQUIVAMENTO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022 e autorizadas para arquivamento junto à CVM na mesma data.

### 37. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### (i) Parada de produção

Em 26 de outubro de 2022 a produção do poço 7-ATL-3H-RJS do Campo de Atlanta foi paralisada por questões operacionais e a expectativa da Administração é que este poço somente volte a produzir quando da implantação do Sistema Definitivo de Atlanta.

Em 7 de novembro de 2022, ocorreu a paralisação da produção de um poço no Campo de Atlanta. A avaliação inicial da Companhia é que trata-se de problema operacional na superfície.

(ii) Auto de Infração Multa ICMS

Em outubro de 2022, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou auto de infração contra a Controlada Enauta Energia para cobrança de multa por ter a Companhia supostamente indicado dado incorreto na Escrituração Fiscal Digital (EFD), entre os meses de janeiro de 2017 a dezembro de 2020. O valor total da multa é de R\$953 e a Companhia irá apresentar impugnação no prazo de 30 dias contados da ciência.

(i) Perfuração poços Atlanta

Em 09 de novembro de 2022, foi iniciada a perfuração do novo poço 7-ATL-5H-RJS, no Campo de Atlanta. O novo poço tem um investimento previsto de US\$ 75 milhões (incluindo a interligação com o FPSO) e deverá entrar em produção no primeiro trimestre de 2023.

Como forma de otimizar os investimentos utilizando os contratos assinados em fevereiro deste ano, a Companhia seguirá com a perfuração de dois poços adicionais que farão parte do Sistema Definitivo do Campo de Atlanta, previsto para meados de 2024.

(ii) Renovação contrato Shell

Em 10 de novembro de 2022 a Enauta e a Shell firmaram novo acordo de venda de 100% do óleo produzido pelo FPSO Petrojarl I (SPA) ("Offtake Agreement"). O Offtake Agreement terá vigência de janeiro de 2023 a junho de 2024.

### 38. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

#### Conselho de Administração

---

Antonio Augusto de Queiroz Galvão  
Ricardo de Queiroz Galvão

Leduvy de Pina Gouvêa Filho  
Luiz Carlos de Lemos Costamilan

Lincoln Rumenos Guardado  
José Alberto de Paula Torres Lima  
Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros

#### Controller e Contador responsável

---

Sabrina de Brito Ramalhoto  
CRC / RJ – 112432/O

Leonardo Sodré de Souza  
CRC / RJ-127160/O-8

#### Diretoria

---

Décio Fabricio Oddone da Costa  
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real  
Carlos Ferraz Mastrangelo